Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 12

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 13

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008 14

Demonstração do Valor Adicionado 15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 17

Balanço Patrimonial Passivo 19

Demonstração do Resultado 21

Demonstração do Fluxo de Caixa 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 24

Demonstração do Valor Adicionado 25

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho 27

Notas Explicativas 47

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 98

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 100

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 101

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2010	Dividendo	15/07/2010	Ordinária		0,02893
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2010	Dividendo	15/07/2010	Preferencial		0,03182

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	1.133.069	1.130.957	1.129.026
1.01	Ativo Circulante	106.610	84.972	78.950
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.236	6.299	18.602
1.01.03	Contas a Receber	12.137	16.255	14.912
1.01.03.01	Clientes	13.487	16.130	15.952
1.01.03.01.01	Revendedores	11.371	13.834	14.035
1.01.03.01.02	Consumidores	2.116	2.296	1.917
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	-1.350	125	-1.040
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.104	75	634
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	1.297	2.157	0
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-4.751	-2.107	-1.674
1.01.04	Estoques	2.460	2.568	2.529
1.01.07	Despesas Antecipadas	98	34	39
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70.679	59.816	42.868
1.01.08.03	Outros	70.679	59.816	42.868
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	4.323	3.073	10.809
1.01.08.03.02	Outros Créditos	11.937	6.799	5.935
1.01.08.03.03	Renda da Prestação de Serviços	0	1.496	1.673
1.01.08.03.04	Alienação de Bens e Direitos	0	11.425	1.001
1.01.08.03.05	Arrendamento UTE Piratininga	32.390	28.089	23.450
1.01.08.03.06	Cauções e Depósitos Vinculados	7.769	8.934	0
1.01.08.03.07	Valores a receber	14.260	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.026.459	1.045.985	1.050.076
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	461.997	464.459	444.535
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	0	4.227
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	4.227
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	461.997	464.459	440.308
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.839	7.818	13.316
1.02.01.09.04	Valores a Receber	32.085	63.389	74.450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.05	Valores a Receber - Energia Livre	0	0	790
1.02.01.09.06	Arrendamento UTE Piratininga	421.073	393.252	351.752
1.02.02	Investimentos	1.590	1.695	1.695
1.02.03	Imobilizado	562.236	578.780	602.586
1.02.04	Intangível	636	1.051	1.260
1.02.04.01	Intangíveis	636	1.051	1.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	1.133.069	1.130.957	1.129.026
2.01	Passivo Circulante	86.033	85.069	76.111
2.01.02	Fornecedores	3.110	2.835	2.963
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.110	2.835	2.963
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.564	6.079	6.401
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.753	4.308	4.242
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.303	0	0
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.145	1.266	1.592
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	249	275	346
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	2.273	1.913	1.839
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	147	147	0
2.01.03.01.06	Outros	636	707	465
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	251	264	697
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	251	264	697
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	560	1.507	1.462
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	560	1.507	1.462
2.01.05	Outras Obrigações	73.359	76.155	66.747
2.01.05.02	Outros	73.359	76.155	66.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.190	1.201	68
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	19.371	17.682	16.213
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	17.554	16.712	12.977
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	6.746	11.473	6.788
2.01.05.02.07	Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.002	1.697	1.548
2.01.05.02.08	Pré-Venda de Energia Elétrica	0	3.393	4.496
2.01.05.02.09	Energia de Curto Prazo	52	0	3.587
2.01.05.02.10	Entidade de Previdência a Empregados	20.506	22.587	19.001
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	3.938	1.410	2.069
2.02	Passivo Não Circulante	234.336	244.040	242.408
2.02.02	Outras Obrigações	81.328	110.639	135.854

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02	Outros	81.328	110.639	135.854
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	8.283	25.474	39.255
2.02.02.02.04	Encargos de Uso da Rede Elétrica	0	1.670	2.661
2.02.02.02.05	Pré-Venda de Energia Elétrica	0	0	2.461
2.02.02.02.06	Taxas Regulamentares	769	1.015	4.913
2.02.02.02.07	Tributos e Contribuições Sociais	444	1.138	2.415
2.02.02.02.08	Entidade de Previdência a Empregados	55.630	65.140	67.947
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	16.202	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	115.057	102.059	83.275
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	115.057	102.059	83.275
2.02.04	Provisões	37.951	31.342	23.279
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.751	26.333	23.279
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.457	0	1.622
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.257	16.554	19.763
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.037	9.779	1.894
2.02.04.02	Outras Provisões	2.200	5.009	0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2.200	5.009	0
2.03	Patrimônio Líquido	812.700	801.848	810.507
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	140.159	148.926	157.585
2.03.04.01	Reserva Legal	9.228	8.529	8.529
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	130.931	140.397	149.056
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-19.619	-19.619

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	142.781	160.838	250.344
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-192.156	-214.036	-232.743
3.03	Resultado Bruto	-49.375	-53.198	17.601
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.461	-22.729	218.509
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.951	-35.407	-39.091
3.04.02.01	Custo do serviço prestado a terceiros (Nota 31)	-826	-799	-7.202
3.04.02.02	Despesas gerais e administrativas (Nota 31)	-35.125	-34.608	-31.889
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	490	12.678	257.600
3.04.04.01	Outras receitas e despesas (Nota 31)	490	12.678	257.600
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-84.836	-75.927	236.110
3.06	Resultado Financeiro	116.696	91.412	11.544
3.06.01	Receitas Financeiras	118.975	95.291	32.242
3.06.01.01	Receitas Financeiras	38.530	36.538	32.242
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	80.445	58.753	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.279	-3.879	-20.698
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.279	-3.879	-4.202
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas	0	0	-3.496
3.06.02.03	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-13.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.860	15.485	247.654
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.886	-23.011	-90.069
3.08.01	Corrente	-4.888	0	-788
3.08.02	Diferido	-12.998	-23.011	-89.281
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.974	-7.526	157.585
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	13.000
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0	13.000
3.10.02.01	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	13.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.974	-7.526	170.585
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99.01.01	PN	0,08765	0,03182	0,00000
3.99.01.02	ON	0,07969	0,02893	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-22.617	-49.459	12.227
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24.813	-26.044	47.469
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	13.974	-7.526	170.585
6.01.01.02	Depreciação	28.825	29.267	32.756
6.01.01.03	Variações Monetárias/juros	-71.457	-80.249	-25.277
6.01.01.04	Despesas com previdência privada	8.962	9.370	29.596
6.01.01.05	Deliberação CVM 371/600 e CPC 33	-25.777	0	0
6.01.01.06	Ganho na alienação de bens e direitos	-3.599	-18.107	0
6.01.01.07	Realização de perda - RTE	0	436	0
6.01.01.08	(-) Reversão de provisão para compromissos ambientais	-2.809	5.009	0
6.01.01.09	Provisão para contingências	11.074	9.934	2.185
6.01.01.10	(-) Reversão de provisão para contingências	-1.656	-2.257	0
6.01.01.11	Taxas regulamentares	1.543	1.074	4.913
6.01.01.12	Impostos, taxas e contribuições	0	368	746
6.01.01.13	Execuções de cauções e depósitos vinculados a litígios	0	3.159	30
6.01.01.14	Encargos de uso da rede elétrica - TUSDg	0	0	429
6.01.01.15	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.998	23.011	89.281
6.01.01.16	Ganho na alienação da UTE Piratininga	0	0	-258.909
6.01.01.17	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	2.644	433	358
6.01.01.18	Outras	465	34	776
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.265	-13.632	-35.613
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	2.463	201	-4.645
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	180	-379	-1.481
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	-2.029	913	2.168
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	860	-2.157	2.901
6.01.02.05	Valores a receber - DAEE	23.451	10.000	5.600
6.01.02.06	Alienação de bens e direitos	0	0	-168
6.01.02.08	Renda da prestação de serviços	1.496	177	-1.673
6.01.02.09	Tributos e contribuições compensáveis	-1.715	7.736	-7.944

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.10	Estoques	108	359	-274
6.01.02.11	Despesas antecipadas	-64	5	-8
6.01.02.12	Outros créditos	-5.138	-864	3.622
6.01.02.13	Cauções e depósitos vinculados	144	-10.505	-5.012
6.01.02.14	Fornecedores	275	-128	204
6.01.02.15	Folha de pagamento	106	712	759
6.01.02.16	Obrigações estimadas - folha de pagamento	736	3.023	79
6.01.02.17	Tributos e contribuições sociais	2.791	-2.050	-1.252
6.01.02.18	Juros sobre capital próprio líquido de impostos	0	0	-11.783
6.01.02.19	Entidade de previdência a empregados	-10.883	-20.388	-17.666
6.01.02.20	Taxas regulamentares	-6.516	-287	960
6.01.03	Outros	-4.069	-9.783	371
6.01.03.01	Contingências	0	-750	76
6.01.03.02	Encargos de uso da rede elétrica	-2.889	-1.245	-974
6.01.03.03	Compra de energia elétrica - CCEE	52	-3.587	3.587
6.01.03.04	Pré-venda de energia elétrica	-3.760	-4.199	-4.021
6.01.03.05	Outros passivos	2.528	-2	1.703
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	58.264	55.171	39.696
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	12.664	10.475	3.180
6.02.02	Recebimento pela UTE Piratininga	54.563	52.375	45.000
6.02.03	Recebimento pela alienação da Usina de Sodré	3.103	0	0
6.02.04	SPE Pirapora Energia S.A.	-200	0	0
6.02.05	Aplicações no imobilizado	-11.866	-7.679	-8.484
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.710	-18.015	-40.784
6.03.01	Dividendos pagos	-1.133	0	0
6.03.02	Amortização de empréstimos - FIDC	-19.577	-18.015	-16.208
6.03.03	Aumento em empréstimos - Notas Promissórias	0	0	-22.500
6.03.04	Amortização em empréstimos - Notas Promissórias	0	0	-2.076
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.937	-12.303	11.139

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.299	18.602	7.463
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.236	6.299	18.602

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	148.926	-19.619	0	801.848
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	148.926	-19.619	0	801.848
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.122	0	-3.122
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.122	0	-3.122
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.974	0	13.974
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.974	0	13.974
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-8.767	8.767	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-9.466	9.466	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	699	-699	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	157.585	0	0	830.126
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-19.619	0	-19.619
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	157.585	-19.619	0	810.507
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.133	0	-1.133
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.133	0	-1.133
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.526	0	-7.526
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.526	0	-7.526
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-8.659	8.659	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-8.659	8.659	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	148.926	-19.619	0	801.848

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	0	0	672.541
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	0	0	672.541
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-13.000	0	-13.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.000	0	-13.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	170.585	0	170.585
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	170.585	0	170.585
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	157.585	-157.585	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	157.585	-157.585	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	157.585	0	0	830.126

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	182.155	213.389	556.419
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	169.799	191.451	289.386
7.01.02	Outras Receitas	3.134	14.692	258.909
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	11.866	7.679	8.482
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.644	-433	-358
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-66.584	-95.160	-113.716
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.584	-95.160	-113.716
7.03	Valor Adicionado Bruto	115.571	118.229	442.703
7.04	Retenções	-28.825	-29.267	-32.756
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.825	-29.267	-32.756
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.746	88.962	409.947
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	462	-8.530	-86.861
7.06.02	Receitas Financeiras	38.530	36.538	32.242
7.06.03	Outros	-38.068	-45.068	-119.103
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-25.070	-21.167	-29.596
7.06.03.02	Realização de perda (baixa de val. a rec.)	0	-890	-226
7.06.03.03	I.R. e C.S. diferidos (reversão/realiz.)	-12.998	-23.011	-89.281
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.208	80.432	323.086
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.208	80.432	323.086
7.08.01	Pessoal	87.546	88.212	85.141
7.08.01.01	Remuneração Direta	79.777	81.611	78.504
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.370	4.325	4.453
7.08.01.04	Outros	2.399	2.276	2.184
7.08.01.04.01	Entid. previd. a empr. (Contri. ao plano)	2.399	2.276	2.184
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.200	54.027	59.074
7.08.02.01	Federais	56.450	46.797	51.174
7.08.02.02	Estaduais	0	1.642	2.831
7.08.02.03	Municipais	6.750	5.588	5.069
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-77.512	-54.281	8.286

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.01	Juros	2.279	3.879	4.202
7.08.03.02	Aluguéis	654	593	588
7.08.03.03	Outras	-80.445	-58.753	3.496
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-80.445	-58.753	3.496
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.974	-7.526	170.585
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	13.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.974	-7.526	157.585

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	1.133.069	0	0
1.01	Ativo Circulante	106.810	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.436	0	0
1.01.03	Contas a Receber	12.137	0	0
1.01.03.01	Clientes	13.487	0	0
1.01.03.01.01	Revendedores	11.371	0	0
1.01.03.01.02	Consumidores	2.116	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	-1.350	0	0
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.104	0	0
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	1.297	0	0
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-4.751	0	0
1.01.04	Estoques	2.460	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	98	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	70.679	0	0
1.01.08.03	Outros	70.679	0	0
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	4.323	0	0
1.01.08.03.02	Outros Créditos	11.937	0	0
1.01.08.03.03	Arrendamento UTE Piratininga	32.390	0	0
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	7.769	0	0
1.01.08.03.05	Valores a receber	14.260	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.026.259	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	461.997	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	461.997	0	0
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8.839	0	0
1.02.01.09.04	Valores a Receber	32.085	0	0
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	421.073	0	0
1.02.02	Investimentos	1.390	0	0
1.02.03	Imobilizado	562.236	0	0
1.02.04	Intangível	636	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.04.01	Intangíveis	636	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	1.133.069	0	0
2.01	Passivo Circulante	86.033	0	0
2.01.02	Fornecedores	3.110	0	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.110	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.564	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.753	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.303	0	0
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.145	0	0
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	249	0	0
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. -empresa	2.273	0	0
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	147	0	0
2.01.03.01.06	Outros	636	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	251	0	0
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	251	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	560	0	0
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	560	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	73.359	0	0
2.01.05.02	Outros	73.359	0	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.190	0	0
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	19.371	0	0
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	17.554	0	0
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	6.746	0	0
2.01.05.02.07	Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.002	0	0
2.01.05.02.08	Energia de Curto Prazo	52	0	0
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	20.506	0	0
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	3.938	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	234.336	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	81.328	0	0
2.02.02.02	Outros	81.328	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	8.283	0	0
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	769	0	0
2.02.02.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	444	0	0
2.02.02.02.06	Entidade de Previdência a Empregados	55.630	0	0
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	16.202	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	115.057	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	115.057	0	0
2.02.04	Provisões	37.951	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.751	0	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.457	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.257	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.037	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.200	0	0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	2.200	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	812.700	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	0	0
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	0	0
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	0	0
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	0	0
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	140.159	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	9.228	0	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	130.931	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	142.781	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-192.156	0	0
3.03	Resultado Bruto	-49.375	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.461	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.951	0	0
3.04.02.01	Custo do serviço prestado a terceiros (Nota 31)	-826	0	0
3.04.02.02	Despesas gerais e administrativas (Nota 31)	-35.125	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	490	0	0
3.04.04.01	Outras receitas e despesas (Nota 31)	490	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-84.836	0	0
3.06	Resultado Financeiro	116.696	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	118.975	0	0
3.06.01.01	Receitas Financeiras	38.530	0	0
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	80.445	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.279	0	0
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.279	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.860	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.886	0	0
3.08.01	Corrente	-4.888	0	0
3.08.02	Diferido	-12.998	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.974	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.974	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.974	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,08765	0,00000	0,00000
3.99.01.02	PN	0,07969	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-22.617	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24.813	0	0
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) de exercício	13.974	0	0
6.01.01.02	Depreciação	28.825	0	0
6.01.01.03	Variações Monetárias/juros	-71.457	0	0
6.01.01.04	Despesas com previdência privada	8.962	0	0
6.01.01.05	Deliberação CVM 371/600 e CPC 33	-25.777	0	0
6.01.01.06	Ganho na alienação de bens e direitos	-3.599	0	0
6.01.01.07	(-) Reversão de provisão para compromissos ambientais	-2.809	0	0
6.01.01.08	Provisão para contingências	11.074	0	0
6.01.01.09	(-) Reversão de provisão para contingências	-1.656	0	0
6.01.01.10	Taxas regulamentares	1.543	0	0
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.998	0	0
6.01.01.12	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	2.644	0	0
6.01.01.13	Outras	465	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.265	0	0
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	2.463	0	0
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	180	0	0
6.01.02.03	Valores a receber - Energia livre	-2.029	0	0
6.01.02.04	Energia de curto prazo - CCEE	860	0	0
6.01.02.05	Valores a receber - DAEE	23.451	0	0
6.01.02.07	Renda da prestação de serviços	1.496	0	0
6.01.02.08	Tributos e contribuições compensáveis	-1.715	0	0
6.01.02.09	Estoques	108	0	0
6.01.02.10	Despesas Antecipadas	-64	0	0
6.01.02.11	Outros créditos	-5.138	0	0
6.01.02.12	Cauções e depósitos vinculados	144	0	0
6.01.02.13	Fornecedores	275	0	0
6.01.02.14	Folha de pagamento	106	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.15	Obrigações estimadas - folha de pagamento	736	0	0
6.01.02.16	Tributos e contribuições sociais	2.791	0	0
6.01.02.17	Entidade de previdência a empregados	-10.883	0	0
6.01.02.18	Taxas regulamentares	-6.516	0	0
6.01.03	Outros	-4.069	0	0
6.01.03.01	Encargos de uso da rede elétrica	-2.889	0	0
6.01.03.02	Compra de energia elétrica - CCEE	52	0	0
6.01.03.03	Pré-venda de energia elétrica	-3.760	0	0
6.01.03.04	Outros passivos	2.528	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	58.264	0	0
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	12.664	0	0
6.02.02	Recebimento pela UTE Piratininga	54.563	0	0
6.02.03	Recebimento pela alienação da Usina de Sodré	3.103	0	0
6.02.04	SPE Pirapora Energia S.A.	-200	0	0
6.02.05	Aplicações no imobilizado	-11.866	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.710	0	0
6.03.01	Dividendos pagos	-1.133	0	0
6.03.02	Amortização de empréstimos - FIDC	-19.577	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.937	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.299	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.236	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	148.926	-19.619	0	801.848	0	801.848
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	148.926	-19.619	0	801.848	0	801.848
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-3.122	0	-3.122	0	-3.122
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.122	0	-3.122	0	-3.122
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.974	0	13.974	0	13.974
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.974	0	13.974	0	13.974
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-8.767	8.767	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-9.466	9.466	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	699	-699	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700	0	812.700

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	182.155	0	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	169.799	0	0
7.01.02	Outras Receitas	3.134	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	11.866	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.644	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-66.584	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.584	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	115.571	0	0
7.04	Retenções	-28.825	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.825	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.746	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	462	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	38.530	0	0
7.06.03	Outros	-38.068	0	0
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-25.070	0	0
7.06.03.02	I.R. e C.S. diferidos (reversão/realiz.)	-12.998	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.208	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.208	0	0
7.08.01	Pessoal	87.546	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	79.777	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.370	0	0
7.08.01.04	Outros	2.399	0	0
7.08.01.04.01	Entid. previd. a empr. (Contri ao plano)	2.399	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63.200	0	0
7.08.02.01	Federais	56.450	0	0
7.08.02.03	Municipais	6.750	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-77.512	0	0
7.08.03.01	Juros	2.279	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	654	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.03	Outras	-80.445	0	0
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-80.445	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.974	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.974	0	0

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2010

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

A EMAE apresentou lucro liquido de R$ 14 milhões no exercício de 2010 ante um prejuízo de R$ 8 milhões no exercício anterior, apesar da diminuição de R$ 22 milhões na receita operacional em relação a 2009 (-11%), motivada pelo encerramento, ao final de 2009, do período de teste do sistema de tratamento das águas do Rio Pinheiros e da correspondente redução na quantidade de energia elétrica da UHE Henry Borden, vendida no Ambiente de Contratação Livre da ordem de 35,5 MW médios.

Os fatores que contribuíram para o resultado de 2010 foram os incrementos do faturamento da energia vendida no Ambiente de Contratação Regulada de R$ 14 milhões (+17%), da receita com a energia de curto prazo de R$ 5 milhões (+35%) e da renda da prestação de serviços de R$ 5 milhões (+23%), assim como a redução das despesas com serviços de terceiros e aquisição de insumos e material da ordem de R$ 23 milhões (-46%). Também contribuíram a redução do passivo atuarial junto a entidade de previdência privada de R$ 26 milhões, em atendimento ao IAS 19 e o respectivo CPC 33, e a atualização monetária de R$ 22 milhões no saldo do contrato de arrendamento da UTE Piratininga, em razão da variação de 11,32% do IGPM.

A EMAE iniciará projeto de aumento da capacidade das usinas elevatórias de Pedreira e de Traição e de adequação da calha do Rio Pinheiros, para redução dos riscos de inundação do Canal Pinheiros. O projeto está orçado em R$ 295 milhões e os recursos serão transferidos do Estado para a EMAE sob a forma de aumento de capital.

Visando atender parte da necessidade de aumento da oferta no mercado de energia elétrica, em face do crescimento da demanda pelo desempenho esperado da economia e dos investimentos em infra-estrutura a serem realizados para os eventos esportivos de 2014 e 2016, bem como melhorar sua situação econômico-financeira e criar valor para o acionista, a EMAE tem envidado esforços para executar os empreendimentos PCH Pirapora (com 25 MW instalados) e a remotorização da Usina Hidrelétrica Edgard de Souza (com 12 MW instalados), ambos, utilizando ativos já existentes e com elevadas taxas de retorno.

A EMAE vem prospectando também outras oportunidades de investimento, efetuando estudos para aproveitamentos hidrelétricos no Rio Tietê (PCH's), aproveitamentos de potenciais eólicos, de biomassa e de resíduos sólidos urbanos e de lodos para geração de energia elétrica.

Nesta perspectiva, bem como para concretizar a Visão da EMAE de *"Ser referência na geração de energia, a partir de fontes renováveis no Estado de São Paulo"*, vale destacar a promulgação da Lei Estadual nº 14.150, de 23 de junho de 2010, que autorizou a Empresa a participar do bloco de controle ou do capital de outras empresas, abrindo a possibilidade da participação em empreendimentos em parceria com outras empresas, públicas ou privadas.

Assim, no 10º Leilão de Energia Nova, realizado em 30 de julho de 2010, foram comercializados 16 MW médios da PCH Pirapora, ao preço de 154,49 R$/MWh, para fornecimento por 30 anos e início em 1º de janeiro de 2015. Em 22 de dezembro de 2010, com vistas a obter financiamento junto ao BNDES, foi constituída a PIRAPORA ENERGIA S.A., subsidiária integral da EMAE para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

II. A COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ENERGIA DA EMAE

Sistema energético operado pela EMAE

A EMAE é concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden e nos reservatórios Billings e Pedras, que a abastecem. Constituem também esse complexo hidroenergético, que tem como principal característica permitir o uso múltiplo dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica em que estão localizadas, as barragens de Pirapora e Edgard de Souza, no Rio Tietê, a Estrutura de Retiro e as usinas elevatórias de Traição e Pedreira, no Canal Pinheiros, além do Reservatório e Canal Guarapiranga.

Esse complexo hidroenergético foi construído ao longo da primeira metade do século passado com o objetivo principal de gerar energia e foi assumindo, ao longo do tempo, outros importantes usos como o abastecimento público, o controle de cheias, o saneamento e o lazer.

A EMAE dispõe, ainda, de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

O parque gerador da EMAE encontra-se estrategicamente localizado junto a duas importantes regiões metropolitanas do país, a de São Paulo e a da Baixada Santista, dispensando o uso de extensas linhas de transmissão para o transporte dessa energia, com conseqüente aumento do grau de confiabilidade desse suprimento. Esta característica possibilita também o atendimento, quando em situações de emergência, de cargas prioritárias na região metropolitana, como hospitais, metrô e vias públicas, dentre outras, contribuindo, dessa forma, com o bem estar social da população de São Paulo.

Mercado de Energia Elétrica

Conforme dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética, o consumo nacional de energia elétrica na rede em 2010 registrou expansão de 7,8% ante o ano de 2009, totalizando o montante de 419.016 gigawatts-hora (GWh). O mercado de energia elétrica em 2010 foi favorecido pelo desempenho da economia, com destaque para o mercado interno, impulsionado pelo crescimento do emprego e da renda e pelo aumento da oferta de crédito. As classes residencial e comercial mantiveram patamares elevados de crescimento no ano, e o consumo industrial consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009 após a crise ocorrida em 2008.

O mercado de energia elétrica em 2009 sofreu forte impacto em razão da crise financeira internacional, com efeitos concentrados na classe industrial decorrente da retração das suas atividades. Em 2010, o consumo industrial foi de 183.743 GWh de energia elétrica na rede, registrando aumento de 10,6% sobre o ano anterior e superando valores de consumo antes da crise.

A capacidade instalada no Estado de São Paulo, em dezembro de 2010, em usinas hidrelétricas e termelétricas era de 23.808,5 MW, correspondendo a aproximadamente 20,98% do total da capacidade instalada no Brasil de 113.494,2 MW. A EMAE possui uma capacidade instalada de 1.012,4 MW, respondendo por cerca de 4,3% da capacidade instalada no Estado de São Paulo e cerca de 0,9% do Brasil.

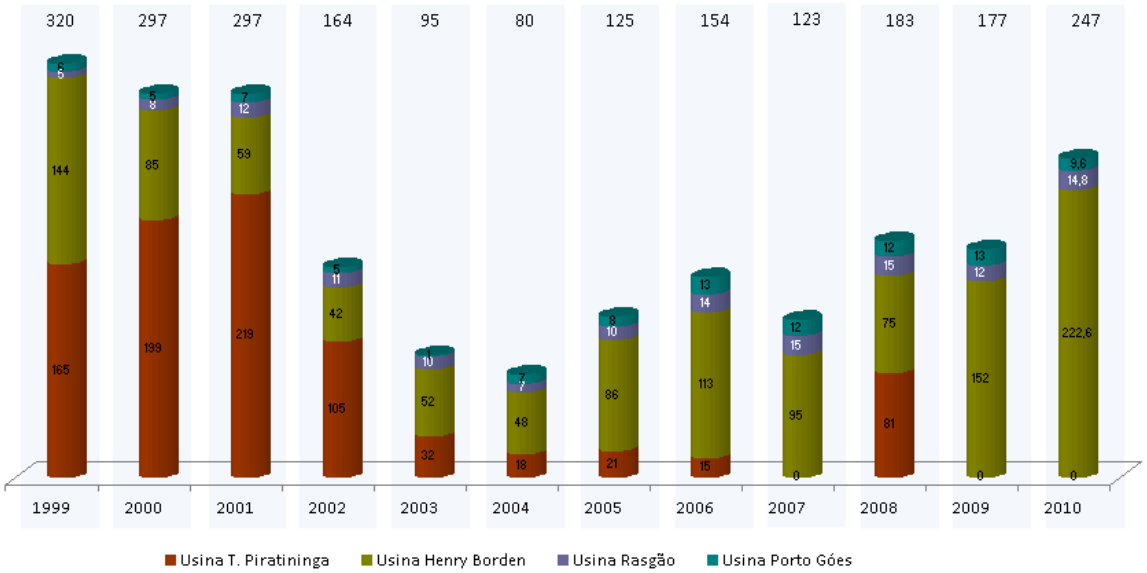
Produção de Energia

A EMAE opera a UHE Henry Borden, conforme despacho centralizado comandado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável pela operação otimizada do Sistema Interligado Nacional – SIN, e as pequenas usinas de Rasgão e Porto Góes, não despachadas centralizadamente.

Em 2010, as usinas da EMAE produziram 2.164,14 GWh (247 MW médios).

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Geração Verificada (MW médios)



Geração Verificada (GWh)

USINA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Usina Henry Borden	420,6	750,6	991,0	835,9	660,2	1.326,8	1.949,8
UTE Piratininga	160,7	185,3	128,6	-	294,1	-	-
Pequenas Usinas (Rasgão e Porto Góes)	136,0	159,8	232,4	237,9	239,8	226,2	214,3
Total	717,3	1.095,7	1.352,0	1.073,8	1.194,1	1.553,0	2.164,1

Comercialização de Energia

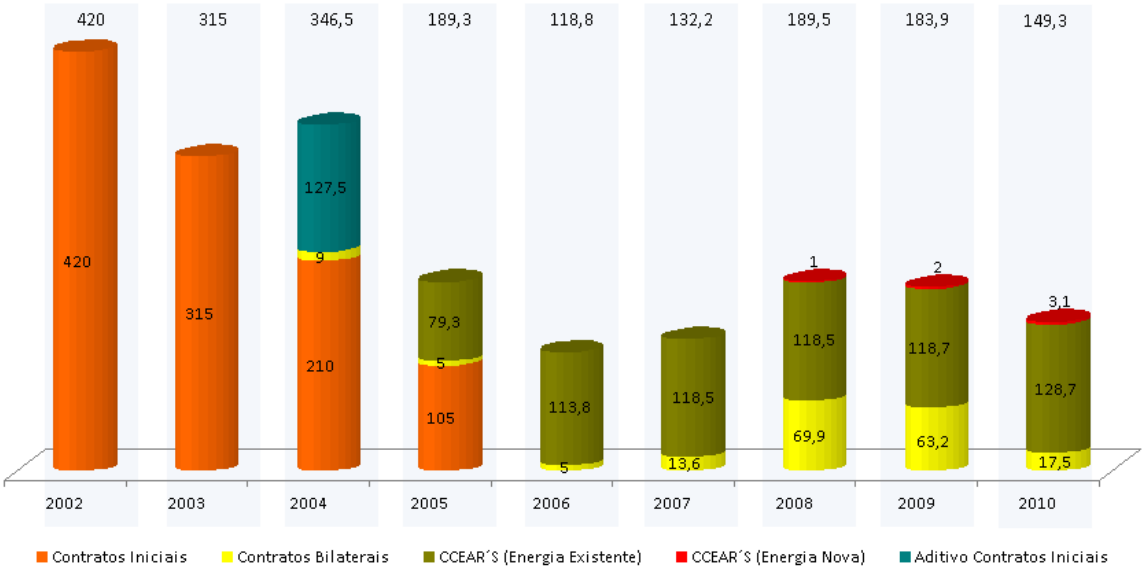
A energia assegurada da EMAE é negociada tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), por meio dos contratos celebrados com as distribuidoras de energia, em decorrência da participação da Empresa nos Leilões de Energia Existente e de Energia Nova realizados nos anos de 2004 e 2005, quanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de contratos de longo, médio e curto prazos negociados com comercializadoras e consumidores livres. A energia disponível não vendida naqueles ambientes e a energia reativa produzida na Usina Henry Borden e na Usina Elevatória de Pedreira foram liquidadas no mercado das diferenças junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Ao final de 2010, a EMAE atingiu 149,2 MW médios de contratos comercializados totalizando um faturamento de R$ 122,5 milhões, sendo 128,7 MW médios no ACR (R$ 97 milhões) e 20,5 MW médios no ACL (R$ 26 milhões). A receita da energia liquidada na CCEE totalizou R$ 20 milhões.

No 10º Leilão de Energia Nova realizado no ACR em 30 de julho de 2010 para atender as necessidades de mercado das Distribuidoras, foram comercializados 16 MW médios da PCH Pirapora, ao preço de 154,49 R$/MWh, para fornecimento por 30 anos e início em 1º de janeiro de 2015.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

O gráfico seguinte ilustra a alocação da energia comercializada pela EMAE (MW médios):



Hidrologia

A chuva média acumulada em 2010 foi de 1.615 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE, representando cerca de 114% da média histórica. A soma das vazões naturais afluentes aos reservatórios Billings e Pedras, responsáveis pela alimentação da Usina Henry Borden, representou aproximadamente 156% da média histórica.

O bombeamento das águas dos rios Tietê e Pinheiros para o Reservatório Billings é realizado em conformidade com a Resolução Conjunta SMA/SES-03/92, de 04/10/92, e de sua atualização pela Resolução SMA-SSE-02, de 19/02/2010. Em 2010 ocorreram 48 eventos de bombeamento para controle de cheias na Usina Elevatória de Pedreira, totalizando 1.454 horas no ano. A média anual da vazão bombeada para controle de cheias correspondeu a 8% da vazão afluente ao Rio Tietê, em Edgard de Souza.

O Reservatório Billings, que iniciou 2010 com 82,9% de seu volume útil, atingiu o armazenamento máximo no dia 24 de janeiro, com 88,6%. A partir dessa data, o nível d'água desse reservatório foi gradativamente rebaixado, sendo atingido o armazenamento mínimo em novembro, com 60,7%. No mês de dezembro houve uma recuperação do nível d'água, encerrando o ano com armazenamento de 71,4%.

Fornecimento de água bruta para consumo

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP captou, durante o ano de 2010, vazões médias de 13,2 m³/s e 4,8 m³/s, respectivamente, dos reservatórios Guarapiranga e Billings, operados pela EMAE, que corresponderam a cerca de 27% da produção de água para abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

III. EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO

Sistema de Melhoria da Qualidade das Águas Afluentes ao Canal Pinheiros

Os resultados do monitoramento das águas, sedimento, lodo oriundo do tratamento da água e da qualidade dos demais ambientes afetados, obtidos durante o período de testes das duas estações de tratamento com capacidade instalada de 10 m^3/s, implantadas nos 5 km iniciais do Canal Pinheiros próximos ao Reservatório Billings, encerrados em dezembro de 2009, estão sendo utilizados como subsídios técnicos para a elaboração do EIA-RIMA, com previsão de término em 2012, do projeto de tratamento para 50 m^3/s, que possibilitará, entre outros benefícios, ampliar a produção na Usina Hidrelétrica de Henry Borden.

Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCHs

Com base em uma análise de cenários e em sua capacidade de investimento, a Empresa tem direcionado sua vocação e seus esforços em energias renováveis e alternativas. Nesse segmento, as PCHs, que tem características de baixo impacto ambiental, além de incentivos através de benefícios nos encargos setoriais, tiveram sua atratividade significativamente aumentadas. Com este enfoque, foram intensificados, ao longo do ano, estudos e gestões para obter os recursos necessários a expansão da oferta de energia elétrica a curto e médio prazo, através de investimento em novos empreendimentos no Rio Tietê indicados a seguir:

- **Implantação de PCH na atual Barragem de Pirapora**
  Construção da usina junto à Barragem de Pirapora, orçada em cerca de R$ 121 milhões, com capacidade de 25 MW, na modalidade PCH, já autorizada pela ANEEL e com Licença Ambiental expedida. Este empreendimento já possui reservatório formado e sua implantação deverá contribuir de forma significativa no sentido de resolver um dos mais sérios problemas ambientais da região decorrentes das espumas formadas no rio Tiête, e está previsto para entrar em operação até o final de 2013.

  Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico PIRAPORA ENERGIA S.A., subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Parte dos recursos para a construção da Usina, no valor aproximado de R$ 96 milhões, virá de financiamento do BNDES, cujas negociações com o Banco encontram-se na fase final. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMAE como Capital Social da Pirapora Energia ao longo do período da construção.

- **Remotorização da Usina de Edgard de Souza**
  Instalação de unidade geradora na casa de força existente, em substituição à máquina original, que foi transferida, no final da década de 80, para a Usina Elevatória de Pedreira com vistas a ampliar a capacidade de bombeamento para controle de cheias. Esse empreendimento, orçado em R$ 25 milhões e com capacidade de 11 MW, deverá entrar em operação em meados de 2013.

- **Estudos para o aproveitamento do Rio Tietê no trecho entre as cidades de Anhembi e Salto**

  A Empresa, por meio de convênio celebrado com o Departamento Hidroviário, efetuará novos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental no mencionado trecho do Rio Tietê, de modo a otimizar integradamente as funções de geração de energia, navegação e combate a cheias.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Energia Eólica

A EMAE executou em seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento o estudo do potencial eólico e solar na região da casa de válvulas da Usina Henry Borden e em conjunto com a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo está elaborando o Atlas Eólico do Estado de São Paulo que identificará áreas de grande potencialidade para geração de energia elétrica a partir dos ventos

Aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e lodos para geração de energia elétrica

Em dezembro de 2004, o Estado de São Paulo, por meio da SMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e o Estado Livre da Baviera – Alemanha, com sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Saúde Pública e Defesa do Consumidor, firmaram um Acordo de Cooperação Técnica para avaliar alternativas para o gerenciamento de resíduos sólidos municipais, principalmente em regiões metropolitanas.

Em 2007, com o envolvimento da SSE – Secretaria de Saneamento e Energia, por intermédio da participação da EMAE, foram realizados estudos preliminares, análises, visitas técnicas, discussões com profissionais brasileiros e estrangeiros e consolidação dos conhecimentos, que concluíram pela aplicação das soluções recomendadas em sistemas integrados, constatando que a implantação de unidades de tratamento térmico de resíduos, com aproveitamento energético é uma alternativa técnica e ambientalmente viável para a gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), principalmente nos municípios das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo.

Paralelamente, aos trabalhos previstos no Acordo de Cooperação Técnica, a SSE e SMA, por meio da Resolução Conjunta n° 49/2007, de 18/10/2007, criar am um Grupo de Trabalho para propor um programa estadual de destinação de RSU, tendo como objetivo principal o estudo de instrumentos institucionais, legais e regulatórios, aplicáveis à implantação de empreendimentos para aproveitamento energético desses resíduos, cujo produto foi um relatório concluído em junho de 2008.

Em abril de 2008, foi criada uma "Força Tarefa", no âmbito da EMAE, incumbida de desenvolver os trabalhos referentes ao tema, especificamente voltados aos interesses da Empresa, ou seja, a implantação de unidades de tratamento térmico de RSU, com aproveitamento energético, no Estado de São Paulo.

Em 2010 destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas por este grupo:

Realização de várias reuniões técnicas envolvendo dezenas de empresas e agentes públicos e privados interessados no assunto;

- Visitas técnicas a instalações de compostagem, cooperativa de reciclagem e aterros sanitários;
- Celebração de diversos acordos de cooperação técnica com empresas, visando desenvolver estudos para implantação de empreendimentos de geração de energia a partir de resíduos sólidos;
- Elaboração de propostas de projetos de P&D relativas ao aproveitamento energético de resíduos sólidos;
- Elaboração de proposta para implantação de unidade de recuperação de energia de resíduos sólidos urbanos, para o município de São Sebastião;
- Participação em audiências públicas municipais referentes a projetos de implantação de central de tratamento de resíduos sólidos urbanos com recuperação de energia;
- Exposição em feiras técnicas, do tema “Tratamento Térmico de Resíduos Sólidos Urbanos”, nos seguintes eventos: Ambiental Expo 2010, (São Paulo); Rio Ambiente 2010, (Rio de Janeiro); e I Circuito Ambiental - Dia Internacional do Meio Ambiente, (Parque Ecológico do Tietê, São Paulo);

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- Apresentação de palestras sobre o tema “Tratamento Térmico de Resíduos Sólidos Urbanos”, nos seguintes eventos: 1º Fórum Gaúcho de Reciclagem Energética de Resíduos Sólidos, (Porto Alegre); Ambiental Expo 2010, (São Paulo); Encontro Nacional de Descarte e Gestão de Resíduos, (São Paulo); Fórum Nacional de Resíduos Sólidos e Waste to Energy 2010, (São Paulo); Recicla Nordeste 2010, (Fortaleza); Rio Ambiente 2010, (Rio de Janeiro); Seminário Internacional – Perspectivas para o Aproveitamento Energético dos Resíduos Sólidos Urbanos, (USP); Unidades de Tratamento Térmico de Resíduos Sólidos Urbanos com Recuperação de Energia – Uma Solução Sanitária e Energética, (Instituto de Engenharia de São Paulo); Tecnologia para Tratamento Térmico de Resíduos Sólidos Urbanos com aproveitamento energético, (ABRELPE); A compatibilidade dos modelos mecânico e energético, (Instituto de Engenharia de São Paulo)
- Contratações realizadas, no âmbito do Convênio SSE/EMAE, de 21/12/2007 e seus aditivos, para subsidiar a implantação de unidades de recuperação de energia a partir de resíduos sólidos urbanos e lodo de estações de tratamento de esgotos no Estado de São Paulo:

  Elaboração de estudo de modelagem de negócio para implantação de empreendimento de geração de energia a partir de Resíduos Sólidos Urbanos, com aproveitamento energético, para cada Região Metropolitana do Estado de São Paulo, contemplando a avaliação comparativa das alternativas de processos e tecnologias de tratamento térmico, para destinação dos resíduos, bem como a identificação dos possíveis modelos de negócio para cada Região Metropolitana, estruturas societárias e parcerias para implantação e operação do empreendimento, considerando as atuais formas e valores de contratação em cada municipalidade.

  Os resultados obtidos nos estudos acima contratados embasaram a elaboração, em conjunto com a Secretaria de Energia, do relatório “Implantação de Central de Tratamento de Resíduos no Estado de São Paulo: Tratamento térmico para aproveitamento energético – Novembro de 2010”;

  Elaboração de metodologia para amostragem, realização da coleta das amostras, levantamento da gravimetria e características físico-químicas dos resíduos sólidos urbanos da Região Metropolitana da Baixada Santista e Litoral Norte do Estado de São Paulo, cujos resultados serão utilizados no estudo de viabilidade técnico-econômica para implantação de Usina de Recuperação de Energia naquela região. (em andamento)

  Elaboração Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica para implantação de Usina de Recuperação de Energia de Resíduos Sólidos Urbanos, na Região Metropolitana da Baixada Santista e Litoral Norte, compreendendo, de forma integrada, as instalações apropriadas para recepção, separação para reciclagem, compostagem, acondicionamento e embalagem dos produtos oriundos desses processos de compostagem e de reciclagem de resíduos. (em andamento)

Em 2011 deverão ser concluídos os estudos, voltados à Baixada Santista e Litoral Norte, os quais permitirão implementar, da forma mais adequada possível, o primeiro empreendimento de tratamento térmico de resíduos sólidos, com aproveitamento energético, no Estado de São Paulo.

O sucesso desse empreendimento consolidará alternativa de solução ambiental para o problema de destinação de resíduos sólidos urbanos, além de agregar uma fonte adicional, ainda inexplorada, para a matriz energética brasileira.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Outros Investimentos

No ano de 2010, objetivando atender as necessidades de manutenção, revitalização e expansão das suas instalações de geração e estruturas hidráulicas, a EMAE investiu nos seguintes empreendimentos: Iniciado o fornecimento do Sistema de Excitação Estática da UHE Henry Borden Externa; Equipamentos diversos para Sistema de Proteção de Barras, Transformadores e Linhas de Transmissão e Supervisão, Comando e Controle para UHE Rasgão; Projeto executivo da construção de ponte sobre o córrego do Jaguaré; Sensor primário, painéis, placas e conversores para o sistema de monitoramento e supervisão da Usina Elevatória de Traição; Aquisição de relógios comparadores, tampas de piezômetros e termômetro digital e substituição dos piezômetros e medidores nível d´água para utilização no monitoramento das usinas, diques e barragens da EMAE; Iniciado os estudos de avaliação de gestão de emergências do Reservatório Billings; Atualização de licenças de software dos sistemas de Supervisão, Comando e Controle das usinas da EMAE; Contratada a aquisição dos reguladores de velocidade e excitação das unidades 1 e 2 da UHE Porto Góes; Contratado projeto de integração e instalação dos equipamentos de regulação de velocidade e excitação e sistema supervisório, comando e controle atualmente instalado na UHE Porto Góes; Serviço de sondagem a percussão e mistas para PCH Pirapora; Colocação de enrocamento de proteção da margem direita do canal de descarga da Barragem Reguladora Billings-Pedras; Iniciado o fornecimento dos disjuntores das linhas 88 kV da UHE Henry Borden Externa; Iniciado o processo licitatório para motorização da Barragem Edgard de Souza; Iniciado os serviços de elaboração do projeto básico para instalação da unidade 9 da Usina Elevatória de Pedreira; Elaboração de especificação técnica para execução do projeto básico para instalação das unidades 5 e 6 da Usina Elevatória de Traição; Iniciada a construção da subestação e linhas de transmissão da PCH Pirapora; Transporte e instalação de painéis para o SSC das Usinas Elevatórias de Pedreira, Traição e Rasgão; Aquisição de fibra óptica, conectores e conversores para o sistema de medição de energia e supervisão, comando e controle dos sistemas de automação da EMAE; Serviços de sondagens para subsidiar o projeto básico em analise na ANEEL para implantação da PCH Pedra Azul; Aquisição de guindaste hidráulico de 30 toneladas sobre caminhão; Aquisição e instalação de comporta tipo adulfa de drenagem do canal adutor da UHE Porto Góes; Conclusão da reforma das estruturas metálicas da Barragem Edgard de Souza; Aquisição de escavadeira hidráulica para a plataforma flutuante Pedreira.

IV. OUTRAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Transporte

A EMAE opera um sistema de transporte público por balsas, com embarcações próprias, de forma gratuita e ininterrupta em três pontos de travessia do Reservatório Billings. Em 2010 foram transportados, aproximadamente, 1,4 milhões de veículos e 3,3 milhões de passageiros, em 188.487 viagens.

Lixo

Retirada do lixo que afluí às Usinas Elevatórias de Traição e de Pedreira, principalmente durante os eventos de chuva, de forma a permitir o eficiente funcionamento das unidades de bombeamento ali instaladas. No ano de 2010 foram retiradas 1.512 toneladas (3.780 m^3) de lixo das referidas usinas. Nas Usinas de Rasgão e Porto Góes, no Rio Tietê, foram retiradas 1.692 toneladas (4.230 m^3) de lixo.

Retirada de Vegetação Emergente

Em 2010 foram retirados 11.880 m^3 de vegetação ao longo do Canal Pinheiros. Esse trabalho auxilia no combate à proliferação de insetos e mosquitos, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população das regiões sul e oeste da cidade.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Prestação de Serviços para Terceiros

Contrato com a Petrobras para execução dos serviços de operação e manutenção das usinas termoelétricas Fernando Gasparian (ex-Nova Piratininga) e Piratininga; Suporte de operação local na Subestação Piratininga, através de contrato firmado com a ISA-Cteep; Operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, responsável pelo controle das cheias do Córrego Água Espraiada, para a Prefeitura Municipal de São Paulo; Contrato com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE para a execução dos Serviços de Manutenção Corretiva na Barragem Móvel e Manutenção Preventiva nas Barragens da Penha e Móvel.

V. GESTÃO PELA QUALIDADE

Sistemas de Gestão

A Emae busca o aprimoramento de suas práticas de gestão incentivando as suas unidades a participar de programas e modelos de qualidade, como também na certificação em sistemas de gestão.

Várias práticas foram adotadas como Programa “Qualidade Total”, 5S, MPT – Manutenção Produtiva Total que culminaram na adoção do Sistema de Gestão da Qualidade conforme os requisitos da NBR ISO- 9001. A primeira unidade certificada foi o Centro de Excelência em Manutenção, que ocorreu em 2002 na versão 2000 e agora, em 2010, na versão 2008. A unidade de Produção Henry Borden foi certificada em 2005 na versão 2000 e em 2009 na versão 2008.

A participação em programas de qualidade é uma constante. A EMAE participa do Programa da Qualidade do Serviço Público – PQSP e do Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF do Governo Federal desde 2003, e vêm utilizando os resultados dessas participações para promover ações voltadas ao aprimoramento organizacional e a implementação de novas atividades, sempre em busca da melhoria continua e excelência na gestão.

Ainda com foco na qualidade, a Emae investe na formação de seus colaboradores, incentivando a participação como examinadores no Programa da Qualidade do Serviço Público – PQSP e do Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF do Governo Federal e no Prêmio Nacional da Qualidade promovido pela Fundação Nacional da Qualidade.

Os novos desafios são a remodelagem dos processos da Emae com a elaboração de um novo mapeamento dos processos, a análise do quadro de pessoal, a ampliação do escopo das unidades certificadas conforme os requisitos da NBR 9001, e a busca de novas certificações nas áreas de meio ambiente, responsabilidade social e segurança do trabalho.

Tecnologia da Informação

Foi dada continuidade aos trabalhos relativos à melhoria da performance e segurança no tráfego de dados e a disponibilização de sistemas e serviços em rede, destacando-se as seguintes ações: atualização de 120 estações de trabalho, com compra de novos equipamentos e remanejamento de equipamentos usados; atualização do ambiente operacional de todas as estações de trabalho para o Windows 7 Professional 64 bits; aumento da capacidade de transmissão de dados dos links de comunicação dedicados aos sistemas corporativos com incremento no desempenho de acesso à rede corporativa e à Internet; implantação de sistema de gerenciamento de rede, que proporciona maior agilidade na detecção de problemas em serviços e equipamentos que compõem a rede corporativa e a rede de medição de faturamento; substituição do sistema de gerenciamento de backup de dados, proporcionando maior confiabilidade aos dados armazenados na rede corporativa; estudo para implantação de política de segurança da informação; implantação do novo módulo FM do Sistema de Gestão SAP ECC, que possibilitou melhorias no processo de controle orçamentário; implantação dos procedimentos e softwares necessários para atendimento às novas exigências relativas à emissão de nota fiscal eletrônica.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Até o atual exercício, a empresa já destinou R$ 8.976 mil ao programa de P&D, sendo R$ 3.075 mil para o desenvolvimento de projetos, R$ 3.934 mil para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R$ 1.967 mil à EPE - Empresa de Pesquisa Energética, conforme a lei. Estão em desenvolvimento os cinco projetos aprovados pela ANEEL, indicados a seguir: identificação e tratamento das interferências de harmônico, temporais e especiais, nas perdas, rendimentos e vida útil de máquinas síncronas; aproveitamento energético de resíduos de poda de árvores na forma de briquetes e pellets agregando lodo do sistema de tratamento das águas do rio Pinheiros, embalagens tetrapack e papel cartonado; viabilidade de uso e destinação dos sedimentos do canal do rio Pinheiros; produção em massa de mosquitos Culex quinquefaciatus (Díptera: Culicidade) e utilização da técnica SIT (insetos estéreis): Método de controle e avaliação de variáveis para monitoramento da população de mosquitos em lagos e reservatórios para geração de Energia Elétrica; metodologia para alocação dos custos do Sistema de Transmisssão.

VI. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A EMAE mantém, desde 2006, seu “Comitê de Sustentabilidade Empresarial”, com principal objetivo de promover e garantir a consolidação e o alinhamento de princípios e políticas relacionadas ao meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa.

Governança Corporativa

A EMAE é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na BOVESPA e controle acionário do Governo do Estado de São Paulo. É detentora de concessão federal para produção e comercialização de energia elétrica gerada a partir dos recursos hídricos das bacias do Alto e Médio Tietê e Baixada Santista. Desde sua constituição vem aperfeiçoando seus processos de gestão e os sistemas de controle adotados.

Os órgãos estatutários que a compõem são a Assembléia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva:

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da companhia. É constituído por quinze membros, destacando-se que uma das vagas é preenchida pelos acionistas preferencialistas e outra por um representante eleito pelos empregados.

O Conselho Fiscal da EMAE tem seu funcionamento permanente e é composto por cinco membros efetivos, e igual número de suplentes.

A EMAE possui quatro diretorias: Presidência, Financeira e de Relações com Investidores, Geração e Administrativa.

Os principais instrumentos normativos internos são o Estatuto Social, o Regimento da Diretoria e a Matriz de Delegação de Autoridade. Além destes, a Empresa possui diversas normas relativas às áreas Administrativa, Auditoria Interna, Financeiro, Informática, Jurídico, Recursos Humanos e Suprimentos. Dentre suas políticas, destacam-se a “Política da Divulgação do Ato ou Fato Relevante a Preservação do Sigilo”, a “Política de Segurança e Saúde” e a “Política Social Empresarial”.

Dentre os principais órgãos de fiscalização e controle externo estão a ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários e o TCE – Tribunal de Contas do Estado, além de uma empresa de auditoria independente. No âmbito interno, a EMAE possui um Departamento de Auditoria e uma Ouvidoria.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Planejamento Estratégico

A revisão do Planejamento Estratégico, aprovada em março de 2010, redefiniu os valores, a missão e a visão da organização, definindo as estratégias para o futuro e indicou a necessidade de um reposicionamento da Empresa no ambiente externo, com foco nas energias renováveis e alternativas, e de uma melhoria no desempenho dos processos internos. Dentro desta perspectiva, foram definidos:

Temas Estratégicos

i) Energia Renovável; ii) Crescimento; iii) Excelência na Gestão; iv) Sustentabilidade e v) Operação e Manutenção de Sistema Hidráulicos.

Missão

"Gerir recursos energéticos e sistemas hídricos, promovendo o desenvolvimento sustentável"

Visão

"Ser referência na geração de energia, a partir de fontes renováveis no Estado de São Paulo"

Valores

"Comprometimento, Empreendedorismo,Qualidade e Respeito ao Meio Ambiente"

Investimento em Desenvolvimento de Pessoas

- **Treinamento e Desenvolvimento**

  O programa de treinamento e desenvolvimento da EMAE contabilizou, em 2010, 3.583 participações de empregados em eventos diversificados, nas categorias cursos, palestras, seminários, congressos e reciclagem para atualização tecnológica, totalizando 42.841 horas, com investimento na ordem de R$ 252 mil.

  No âmbito do treinamento e desenvolvimento destacam-se, também, os seguintes programas e ações: avaliação de Desempenho Profissional; programa de Revalidação / Certificação de Operadores e Despachantes; programa de Concessão de Bolsa de Estudos; programa de Aprendizagem Profissional; programa de Estágio Curricular; programa de Pós-Graduação; café com o Presidente; fórum Técnico; dia da Secretária; dia da Mulher

- **Segurança, Saúde e Bem-Estar Social**

  É característica da EMAE a atenção com a segurança e saúde da força de trabalho. Tal fato se evidencia por sua atuação, que excede o cumprimento das exigências legais por meio de ações afirmativas tanto na área de saúde, como na de segurança do trabalho, promovendo campanhas e programas, e também no estabelecimento do perfil dos exames médicos complementares, acompanhados através do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho.

  No ano de 2010, foram registrados 4.911 atendimentos médicos e de enfermagem, entre empregados do quadro próprio e de empresas contratadas, nos ambulatórios médicos de São Paulo e Cubatão.

  Cabe destacar que, em face as características das atividades da EMAE, todos os empregados de empresas contratadas recebem treinamento de Prevenção de Acidentes, envolvendo o uso do Equipamento de Proteção Individual e do Equipamento de Proteção Coletiva, análise de riscos e medidas de segurança, causas e perdas envolvidas em acidentes, legislação e responsabilidade civil e criminal.

  Com o objetivo de promover sensibilização a respeito dos cuidados com a saúde, vários temas foram abordados no decorrer do período, bem como disponibilizados materiais e publicações, visando maior conscientização sobre preservação da saúde.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

As ações desenvolvidas ao longo do ano tiveram como objetivo treinar, instruir e orientar os empregados sobre como prevenir doenças e acidentes do trabalho e, ainda, como cuidar, preservar e proteger a saúde. Dentre o conjunto de ações preventivas e de promoção da saúde destacam-se: Campanha Interna de Vacinação Antigripal; Dia Nacional da Saúde; Mobilização contra a Dengue; Campanha de Saúde Bucal; Campanha de Esclarecimento– DST; Campanha de Direção Defensiva; Campanha contra Tabagismo; Serviço de Locomoção – 24 horas; Exames Médicos Complementares; Programa Energia Plena; Programa de Prevenção e Recuperação de Dependentes do Álcool e outras Drogas; Programa de Requalificação Funcional; Programa de Qualidade de Vida Bem Me Quero.

Meio Ambiente

A EMAE desenvolve e implanta programas sócio-ambientais para os empregados e para a comunidade do entorno de suas instalações, incentivando a preservação ambiental e o exercício da cidadania, consciente de que o meio ambiente é parte de seu capital e de seu compromisso com a sociedade.

Investindo em modernização, tecnologias limpas e projetos que buscam soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia, o uso múltiplo das águas e as políticas de saneamento, a Empresa incorpora a preservação do meio ambiente no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e quando possível, eliminando impactos ambientais.

As atividades e projetos socioambientais desenvolvidos pela EMAE são agrupados em três áreas de atuação: Programas Institucionais, Projetos Socioambientais e Estudos e Projetos Técnicos.

i) Programas Institucionais

São programas de educação e sensibilização ambiental, direcionados para os empregados, escolas e outros grupos da sociedade civil organizada. Têm caráter contínuo e visam ampliar a percepção ambiental dos diversos atores sociais, criando multiplicadores de opinião e incentivando mudanças de comportamento no trato das questões que envolvam o meio ambiente. Em 2010, os principais programas desenvolvidos foram:

- **Semana da Água**
  Comemorado em 22 de março, o Dia Mundial da Água é uma data muito importante para a EMAE pois suas atividades estão relacionadas ao uso de recursos hídricos. As atividades têm abordagens lúdicas, informativas e educativas, pertinente às questões ambientais relativas a conservação e preservação da água. Além dos empregados, o público alvo tem sido o externo, contemplando algumas escolas da vizinhança da sede da Empresa, Sociedades de Bairros, Igrejas, outras entidades que representam a comunidade, órgãos ambientais e prefeituras.

- **Semana do Meio Ambiente 2010**
  Recomendado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o Dia Mundial do Meio Ambiente é um marco que reforça a necessidade de se desenvolver atitudes pró-ativas em relação ao meio ambiente. Como parte das ações ambientais, a EMAE comemora essa data com a Semana do Meio Ambiente chamando a atenção dos colaboradores e parceiros para as principais questões relativas ao tema. Em 2010, a semana contemplou atividades de revitalização do Espaço Verde Mar Paulista, Stand sobre projetos de Energias Renováveis, visitação à Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, palestras sobre projetos de Energias Renováveis, recuperação Ambiental e Stand sobre Tratamento Térmico de Resíduos Sólidos Urbanos com aproveitamento de energia.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **Coleta Seletiva**
  A EMAE pratica a coleta seletiva de materiais recicláveis desde 2002. O programa visa incentivar a redução de geração de resíduos, implementar o hábito da reciclagem e gerar fonte de renda e emprego. Na Sede da Empresa foram coletadas 66,8 toneladas de materiais recicláveis, em 2010.

- **Casa das Plantas (viveiro de mudas)**
  Tem por objetivo reproduzir e armazenar mudas de espécies nativas, medicinais e exóticas de relevância ambiental e paisagística para educação ambiental, para as escolas e grupos da comunidade, projetos institucionais e outras atividades da Empresa. Em 2010, foram produzidas cerca de 4,5 mil mudas, sendo 800 destas utilizadas em fomento à cobertura vegetal juntos às comunidades, escolas, sociedades de bairros e ONGs do entorno das represas e das margens da Billings.

- **Visitação na EMAE**
  Consiste em visitas monitoradas à sede da Empresa por alunos de escolas públicas e privadas da cidade de São Paulo, universidades, empresas, ONG's, órgãos de governo e Comitês de Bacias Hidrográficas, com a realização de atividades educativas relacionadas às questões ambientais locais (água, energia, lixo, viveiros de plantas e avifauna). Em 2010 foram realizadas 364 visitas em todas as instalações da Empresa, com roteiros diversificados entre técnico, cultural e ambiental, sendo 17 delas voltadas ao meio ambiente.

- **Parceria Projeto São Paulo Pomar**
  Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o projeto "Pomar Urbano" tem como missão a recuperação ambiental e a revegetação dos aproximadamente 50 km de margens do canal do Rio Pinheiros. A EMAE, em 2010, manteve o patrocínio da manutenção de um trecho de aproximadamente 1 km, compreendido entre a Usina Elevatória de Traição e a ponte Roberto Zúculo (ponte Cidade Jardim), e a cessão de terreno para a implantação da sede do projeto.

- **Ecoturismo Caminhos do Mar**
  Localizado dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, o Ecoturismo Caminhos do Mar tem propósitos preservacionistas, educativo-culturais e de pesquisa e encontra-se inserido em áreas da EMAE, que também é patrocinadora do projeto. Inaugurado em 17 de abril de 2004, o Pólo é operado em parceria com a Fundação do Patrimônio Histórico da Energia e do Saneamento de São Paulo. No ano de 2010, aproximadamente 23 mil pessoas visitaram o projeto.

ii) Programas Socioambientais

O ambiente no qual a EMAE se insere caracteriza-se por ser, principalmente, urbano, o que faz com que a questão ambiental esteja inteiramente associada às questões sociais afetas à população. Dessa forma, os programas desenvolvidos privilegiam a abordagem socioambiental, visando contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, principalmente aquelas que vivem nas áreas vizinhas à EMAE. Os projetos desenvolvidos nesse sentido foram:

- **Gestão Sociopatrimonial e Ambiental**

  A EMAE possui uma área patrimonial de aproximadamente 270.000.000m², distribuída em 20 municípios do Estado de São Paulo: Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Cubatão, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, Salto, Cajamar, Juquitiba, Caieiras, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e São Paulo.

  Essas áreas são compostas por barragens, usinas, áreas remanescentes e 8 (oito) reservatórios (Billings, Rio das Pedras, Guarapiranga, Edgard de Souza, Pirapora, Rasgão, Izabel e Sodré), que totalizam junto com o canal do rio Pinheiros e do rio Guarapiranga, aproximadamente 1.400Km de margens.

  O desenvolvimento com forte adensamento no planalto, em região próxima ao contra-forte da Serra do Mar, ocorreu de forma desordenada e trouxe uma série de conseqüências para a bacia de drenagem dos cursos d'água, com conseqüente impacto ao parque gerador da EMAE. Destacamos

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

o avanço da mancha de urbanização com decorrente crescimento populacional, desenvolvimento de atividades de mineração, desmatamento acelerado, processos erosivos acentuados, impermeabilização do solo, ampliação de vias de acesso, e o lançamento de esgotos sem tratamento diretamente nos cursos d'água, e que na sua grande maioria ocorreram e, ainda, ocorrem em áreas ambientalmente protegidas por diplomas legais municipais, estadual ou federal.

Há um conjunto de espaços territoriais sob proteção especial nessas bacias que possuem relação com a Empresa, em especiais na bacia dos reservatórios Billings e Guarapiranga, como Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral, Parques Estadual e municipais, reservas; Áreas de Proteção Ambiental – APA's, Áreas Tombadas e Áreas Indígenas.

A atuação da Empresa no gerenciamento dessas questões tem se pautado na busca das melhores soluções possíveis, de forma a compatibilizar a continuidade e expansão de suas atividades com a adequada gestão dos recursos naturais existentes em sua área de atuação, seja por meio de ações em parceria com a comunidade, de caráter institucional e outras no trato direto com os confrontantes, fomentando a preservação das condições ambientais ali existentes.

Para a gestão das áreas patrimoniais, além do trabalho usual de fiscalização, a EMAE presta esclarecimentos à população, auxilia na disseminação de informações de caráter ambiental, fomenta a limpeza das margens de reservatório e o plantio de árvores. Complementarmente, produz material de divulgação e de orientação junto à comunidade do entorno dos reservatórios, no sentido de auxiliar nas questões de preservação das áreas de reservatórios, esclarecer sobre questões sanitárias e legislações de uso e ocupação do solo nessas regiões.

A Empresa tem apoiado o Município de São Paulo na formação de parques lineares nas bordas das represas Billings e Guarapiranga. Esse tipo de uso e ocupação vem se mostrando muito adequado para a conservação das margens das represas, em região extremamente urbanizada e pressionada pela ocupação ilegal das margens das represas.

- **Recuperação de Áreas Degradadas**

Com o objetivo de preservar as bordas do Reservatório Billings, a EMAE criou um programa de Integração com as comunidades locais, utilizando áreas com risco de invasões e degradações. O programa visa à recuperação da área de borda do manancial, incentivando o uso do espaço pela comunidade de forma sustentável e condizente com a legislação ambiental.

As ações integradas prevêm nas áreas a serem recuperadas, adensamento vegetal combinado com instalação de pista de caminhada e equipamentos de lazer e de educação ambiental. Essa visão foi ampliada, consolidando-se no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, cujo objetivo é recuperar, gradativamente, a orla do reservatório.

Esse projeto foi implantado no Balneário São Francisco, na várzea do Ribeirão Alvarenga e no Ribeirão do Apurus. Concomitantemente, vem estimulando a manutenção dos espaços às margens da represa, com mutirões de limpeza, fomento para lazer, promovendo eventos, criando parques, locais para prática de esportes além da recomposição da vegetação, para recuperar o cordão ciliar. Com isso, as áreas estão sendo protegidas e em alguns casos a mata ciliar está em recuperação, com custos baixos, reduzindo os gastos com fiscalização, fechamentos, remoção de lixo e entulhos, e principalmente minimizando possíveis crimes ambientais.

Em 2010 foram feitos trabalhos de revitalização desses projetos com a instalação de novos equipamentos, recomposição das pistas de caminhada, adensamento dos plantios de árvores, mutirões de limpeza, juntamente com a comunidade local. Também foram realizados trabalhos orientativos sobre a operação cata-bagulho, higiene, saneamento e preservação ambiental em conjunto com instituições da região.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **Operação Defesa das Águas**

  A EMAE participa da "Operação Defesa das Águas", programa de iniciativa do Município de São Paulo, com apoio de órgãos do Governo do Estado, e que visa proteção dos principais mananciais localizados nesta cidade. O programa prevê e executa ações de remoção de ocupações irregulares, fiscalização, saneamento, implantação de parques, entre outras.

- **Projeto SALA VERDE**

  Foram iniciados trabalhos em parceria com o Centro Educacional Unificado - CEU Alvarenga e a Congregação Santa Catarina, por meio do Projeto SALA VERDE Cidade Ademar, o que permitiu a realização de três encontros de trabalho de conhecimento do complexo hidrelétrico da Região Metropolitana de São Paulo, para professores, alunos, pais e demais parceiros do projeto, em palestras ministradas tanto na Sede da EMAE quanto na instituição.

- **"Integração das Instituições em Rede de Cidade Ademar e Pedreira"**

  Ainda em 2010 foi iniciado trabalho envolvendo as instituições da região de sua Sede: Organização Social – Associação Congregação Santa Catarina, Grupo Escoteiro – Piratininga AMICITIAE, JOCA, MOVIMENTO PAULISTA, Centro Educacional e Assistencial Profissionalizante Pedreira – CEAP, Centro Educacional Unificado - CEU ALVARENGA, Jardim Miriam Arte Clube – JAMAC. A proposta visa buscar o fortalecimento das ações institucionais, promover o intercâmbio, estimular a integração intersetorial, melhorar a qualidade de vida e elaborar uma rede virtual como ferramenta de comunicação, nos Distritos de Cidade Ademar e Pedreira, onde está situada a sede da EMAE.

iii) Estudos e Projetos Técnicos

- **Gerenciamento de Resíduos**

  O projeto "Gerenciamento de Resíduos" teve início no ano de 2000 e vem se desenvolvendo por meio da realização de palestras técnicas, esclarecimentos, orientações e fóruns de discussões nas áreas de operação, manutenção e administrativa. Compreende a criação e estruturação de locais para acondicionamento e posterior destinação de materiais, desenvolvimento de documentos de orientação, estabelecimento de canais de comunicação direta com técnicos especialistas em Meio ambiente. Foi implementada a sistematização da prevenção de forma a promover a redução da geração de resíduos na origem, por meio de mudança de procedimentos e revisão nos processos de produção e manutenção.

  As práticas de destinação não se limitaram somente a resíduos gerados em processos industriais, foram implantados também: a coleta e destinação de lâmpadas fluorescentes; o uso de toalhas industriais reutilizáveis nas atividades de manutenção; e a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas. Foram destinadas 4 mil lâmpadas contendo vapor de mercúrio e 400 quilos de pilhas e baterias. Foram também recolhidos 1.100 litros de óleo de cozinha usado, junto aos restaurantes da Sede, para produção de sabão por meio de uma parceria com a OSCIP Triângulo.

- **Monitoramento dos testes de tratamento das águas do Rio Pinheiros e acompanhamento do desenvolvimento do EIA-RIMA**

  Em 2010 foi concluído o monitoramento dos testes de tratamento das águas do canal Pinheiros. Foram monitorados: a qualidade da água e dos sedimentos no sistema Tietê/Pinheiros/Billings/Guarapiranga; lodo armazenado no bota-fora e águas subterrâneas da área do bota-fora de disposição do lodo. Foram feitas adaptações ao projeto futuro e trabalhado detalhadamente a caracterização do empreendimento no Estudo de Impacto Ambiental do projeto definitivo, pelo Consórcio Cobrape-Coplaenge.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **Estudo de Avaliação das Descargas do Sangradouro Pequeno Perequê**

  Em 2010 foi contratado o IPT para avaliar as descargar efetuadas pela estrutura de extravazão do reservatório Billings para controle de cheias. Os estudo contemplaram a avaliação do comportamento da bacia do rio Perequê diante dos eventos de descarga do sangradouro e deverão subsidiar formas de operação dessa estrutura.

- **Cumprimento de Pendências do Licenciamento da Modernização e Ampliação da Termoelétrica Piratininga**

  Em 2010 a EMAE, por meio de convênio com a CETESB, efetuou a aquisição de uma Estação de Qualidade do Ar para o monitoramento da região em que termoelétrica Piratininga, arrendada à Petrobras, está localizada. Essa aquisição decorre de exigência do licenciamento para programas de monitoramento. A Petrobras participa desse atendimento por meio de consórcio firmado com a EMAE.

Ações de Responsabilidade Social

Ao longo de seus treze anos de existência, a EMAE vem implementando canais permanentes de diálogo com as comunidades das regiões onde estão localizadas suas instalações, com o objetivo de manter relações justas e equilibradas por meio de incentivo, promoção e participação em ações de responsabilidade social.

Nesse sentido, comprometida com as questões sociais, a EMAE vem desenvolvendo e incentivando ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Estas ações estão agrupadas em três programas, resumidamente descritas a seguir:

- **Programa Cultivar:** tem como objetivo colaborar para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano dos bairros localizados no entorno das instalações da Empresa, compartilhando o conhecimento empresarial, as instalações internas da organização, os recursos humanos, materiais e instrucionais, com as escolas públicas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio e instituições responsáveis pela gestão da saúde no bairro. Dentre as ações desenvolvidas nesta linha de atuação, destacam-se: i) Um Olhar para o Bem Estar: tem por objetivo cultivar a saúde da população moradora do entorno da sede da Empresa, incentivando e promovendo ações de qualidade de vida, direcionadas a jovens e pessoas da terceira idade; ii) Cidadania Através as Arte: ações direcionadas às crianças e adolescentes de escolas públicas localizadas no entorno da sede; iii) Projeto Escola Pirapora: iniciado em novembro de 2010, tem como objetivo melhorar o índice de aprendizagem da Escola Municipal Irmã Maria Nila Pontes, localizada em Pirapora do Bom Jesus, com aproximadamente 700 crianças. O projeto será executado em 20 meses.
- **Programa de Voluntariado Empresarial**: tem como objetivo incentivar e apoiar os empregados a utilizarem suas habilidades em ações que promovam a cidadania e, dessa forma, ampliar a participação da Empresa nas ações ligadas à Responsabilidade Social, intensificando sua interação com a comunidade do entorno. Desenvolvendo ações integradas de educação, esporte e cidadania, contou com 39 voluntários ativos, que realizaram 1.484 horas doadas pela Empresa, representando um aumento de 82% em relação ao ano anterior, atendendo oito entidades parceiras. Além de atividades pontuais o programa deu continuidade às seguintes ações: i) Curso de Inglês; ii) Natal Solidário; iii) Integração com Idoso; iv) Construindo a Cidadania através do Esporte; v) Horta Suspensa; vi) Campanha do Agasalho (desenvolvida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo); vii) Inverno no Verão com agasalhos entregues no município de Cubatão e; (viii) Programa Operação Solidária.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **Projeto Energia Humana em Ação:** realizado em parceria com a Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência–Apade, o projeto é desenvolvido em duas frentes: i) Atendimento Clínico e Terapêutico, onde profissionais especializados nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, artes e música atendem crianças portadoras de deficiência e orientam as suas famílias, quando foram realizados 4.716 atendimentos; ii) Oficinas Profissionalizantes, que capacitam adolescentes nas áreas de Informática e Culinária em parceria com o SENAI, com o treinamento de 76 jovens. As oficinas de artesanato, destinadas às mães de crianças portadoras de deficiências, além de proporcionar uma maior interação entre esse público, geram recursos para Associação por meio da comercialização dos produtos confeccionados.

Prêmios e Reconhecimento

Foram reconhecidas, em 2010, pela sua excelência, as seguintes ações desenvolvidas pela Empresa:

- Na 10ª edição do Prêmio Fundação COGE (Fundação Comitê de Gestão Empresarial), a EMAE recebeu o Troféu Rogério Morgado na categoria Ações Ambientais por ter inscrito o maior número de projetos durante os onze anos do prêmio.

- Finalista do Prêmio Fundação COGE – categoria Ações Ambientais – “Melhoria dos Recursos Hídricos para Usos Múltiplos e Recuperação Energética”

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

VII. BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2010 R$ Mil	2009 R$ Mil
Receita Líquida (RL)	142.781	160.838
Resultado Operacional (RO)	31.860	15.485
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	101.855	98.842

2. Indicadores Sociais Internos	2010			2009		
		% sobre			% sobre	
	R$ Mil	FPB	RL	R$ Mil	FPB	RL
Alimentação	4.287	4,21	3,00	4.145	4,19	2,58
Encargos Sociais Compulsórios	22.425	22,02	15,71	19.924	20,16	12,39
Entidade de Previdência a Empregados	2.385	2,34	1,67	2.276	2,30	1,42
Saúde	5.986	5,88	4,19	6.810	6,89	4,23
Capacitação e desenvolvimento profissional	350	0,34	0,25	307	0,31	0,19
Auxílio creche	118	0,12	0,08	100	0,10	0,06
Outros Benefícios	64	0,06	0,04	84	0,08	0,05
Total	**35.615**	**34,97**	**24,94**	**33.646**	**34,04**	**20,92**

3. Indicadores Sociais Externos	R$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania	249	0,78	0,17	1.017	6,57	0,63
Transporte gratuito (Balsas)	1.217	3,82	0,85	1.161	7,50	0,72
Tributos (excluídos encargos sociais)	31.288	98,20	21,91	28.939	186,88	17,99
Total	**32.754**	**102,81**	**22,94**	**31.117**	**200,95**	**19,35**

4. Indicadores Ambientais	R$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a operação da empresa	1.027	3,22	0,72	1.370	8,85	0,85

5. Indicadores do Corpo Funcional	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período	740	765
Nº de estagiários(as)	11	18
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	455	437
Nº de mulheres que trabalham na empresa	80	80
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,18%	25,93%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	170	172
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,41%	22,48%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	15	15

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Direção e Gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Todos(as) (+) Cipa
A previdência privada contempla:	Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Organiza e incentiva

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

VIII. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A receita operacional bruta totalizou R$ 170 milhões em 2010, apresentando redução de 11,3% em relação a 2009, sobretudo em decorrência do término em dezembro de 2009 do período de testes para o tratamento das águas do Rio Pinheiros, e da respectiva geração de energia adicional na Usina Hidrelétrica de Henry Borden, refletindo assim na diminuição da quantidade de energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre.

O total das despesas operacionais apresentado na Demonstração de Resultado teve redução de 8,1% em relação a 2009, decorrente principalmente do efeito líquido: do aumento na despesa de pessoal em decorrência do reajuste do dissídio coletivo da categoria; da redução nas despesas de material e de serviços de terceiros motivada pelo término dos testes do sistema de tratamento das águas do Rio Pinheiros; do aumento na compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, decorrente do incremento na produção de energia pelas condições hidrológicas favoráveis e despacho do O.N.S.; da redução da despesa com energia de curto prazo CCEE refletindo a maior produção nas usinas do Sistema Interligado e da EMAE e; do aumento dos encargos de uso da rede elétrica em função do contrato referente a UHE Rasgão firmado com a Eletropaulo.

Foram tomadas ações com efeito positivo no resultado: alienação dos imóveis, não operacionais, localizados no Bairro de Pilões no Município de Guaratinguetá e na Rua Castro Verde, Várzea de Baixo, no Município de São Paulo pelo valor de venda de R$ 3 milhões e R$ 1 milhão respectivamente; continuidade na prestação de serviços de Operação e Manutenção no complexo formado pela UTE Piratininga e UTE Fernando Gasparian para a Baixada Santista Energia, bem como na Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, para a Prefeitura do Município de São Paulo, além de novos serviços de manutenção nas barragens Móvel e da Penha pertencentes ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, totalizando receita de R$ 26 milhões no ano.

Como conseqüência dos aspectos comentados, a EMAE encerrou 2010 com resultado do serviço negativo de R$ 85 milhões (R$ 76 milhões negativo em 2009).

As receitas financeiras atingiram R$ 39 milhões e as variações monetárias líquidas totalizaram R$ 80 milhões, decorrente da atualização do saldo do arrendamento da UTE Piratininga, em linha com o IAS19/CPC33 e de valores a receber referente ao Instrumento de Confissão de Dívidas do DAEE. As despesas financeiras atingiram R$ 2 milhões, decorrentes de encargos do FIDC, atualização de pré-venda de energia e juros sobre a Reserva Global de Reversão.

Assim, após a apropriação do imposto de renda e contribuição social, a EMAE encerrou o exercício com lucro de R$ 14 milhões.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003 e demais Normas e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a EMAE esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no exercício 2010, prestou a esta Empresa exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – "EMAE" ou "Empresa", é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia convencional ou alternativa, bem como de sistemas de tratamento e destinação de resíduos urbanos e industriais, para fins de geração de energia, e de barragens e outros empreendimentos, destinados ao aproveitamento múltiplo das águas.

A EMAE está autorizada a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia. A Empresa e sua subsidiária poderão participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

A EMAE possui a concessão de 5 usinas hidrelétricas que formam um parque gerador com 949,44 MW de potência instalada (Nota 16.1) e 2 usinas elevatórias, reversíveis, com 74 MW de potência instalada. Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera a usina hidrelétrica Henry Borden de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e as pequenas usinas de Rasgão e Porto Góes.

A energia elétrica comercializada pela EMAE destina-se a: concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para atender a seus mercados consumidores; agentes comercializadores; consumidores livres; e operações no mercado de curto prazo contabilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – "CCEE" (Nota 28).

Da receita operacional da EMAE em 2010, 59% (67% em 2009) foram provenientes de suprimento de energia elétrica às distribuidoras (clientes contratados em leilões de energia no ambiente regulado) e agentes comercializadores, 13% (14% em 2009) no segmento fornecimento de energia (consumidor livre), 12% (8% em 2009) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que em 2008, reflete o despacho da Termoelétrica Piratininga efetuado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, sendo os restantes 16% e 11% em 2010 e 2009, respectivamente, provenientes de renda da prestação de serviços e outras receitas.

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico ("SPE") denominada PIRAPORA ENERGIA S.A. – "Pirapora Energia", subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Parte dos recursos para a construção da Usina, no valor aproximado de R$ 96 milhões, virá de financiamento do BNDES, cujas negociações com o Banco encontram-se na fase final. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMAE como Capital Social da Pirapora Energia ao longo do período da construção.

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

1.1 Leilões de Energia

A EMAE vendeu às concessionárias de distribuição, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, 129 MW médios nos Leilões de Empreendimentos de Geração Existentes ("Energia Existente") e 26 MW médios em Leilão de Novos Empreedimentos ("Energia Nova"), relacionados à disponibilidade de produção de energia, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços (*)
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	Jan/05
3º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2008	3,0	63,24	62,95	Out/05
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	Out/05
		129,0			

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços (*)
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	Dez/05
10º Leilão - Prod. 2015-H30	2015 a 2044	16,0	154,49	99,48	Nov/10
		26,0			

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

A partir de julho de 2007 a Usina Henry Borden obteve acréscimos na energia assegurada, a seguir mencionados, disponíveis para comercialização: i) 19,7 MW médios (elevando-a de 108 para 127,7 MW médios) devido à reavaliação de informações relativas à usina, sendo efetivada pela Portaria MME nº 21 de 30/07/2007; e ii) garantia física adicional de 35,5 MW médios, válidos até 31 de dezembro de 2009, por meio das Portarias nº4, nº19, nº34 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, de 01/07/2008, 10/11/2008 e 06/02/2009 respectivamente, decorrente de testes para tratar 10m^3/s das águas do Rio Pinheiros.

Com o aumento da energia assegurada da Usina Hidrelétrica Henry Borden e sobras disponíveis para a comercialização, a EMAE participou de leilões e chamadas públicas de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL (Nota 28.3).

A disponibilidade de energia existente foi contabilizada e liquidada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE como energia de curto prazo (Nota 28.4).

1.2 Prorrogação das concessões

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa (concessão onerosa ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais de 2010 apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Empresa optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A CVM, durante os anos 2009 e 2010, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, e aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2009 (data da transição), para fins de comparação. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 já contemplam a adoção desses normativos, e as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e balanço de abertura levantado em 1º de janeiro de 2009 foram ajustados e reclassificados, a fim de considerar a aplicação desses normativos e tornar as demonstrações financeiras comparativas entre os exercícios divulgados.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na nota explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.4 Efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

2.4.1 Aplicação das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs.

2.4.2 Aplicação das novas práticas contábeis adotadas no Brasil nas demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil e têm como data de transição o dia 1º de janeiro de 2009 (balanço patrimonial de abertura).

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, a Empresa adotou todos os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme citado na nota explicativa nº 2.1.

A Empresa adotou as novas práticas contábeis em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Empresa aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

2.5 Descrição dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis

Os requerimentos constantes na IFRS 1 e no CPC 37 (R1) exigem a apresentação das conciliações dos balanços patrimoniais e das demonstrações do resultado, individuais e consolidados, na data de transição (1º de janeiro de 2009) e na data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores (31 de dezembro de 2009) para permitir que os usuários entendam os ajustes relevantes decorrentes da transição para as IFRSs e as novas práticas contábeis brasileiras.

A Empresa não apresentará as conciliações mencionadas acima para o Consolidado visto que a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

De acordo com a aplicabilidade do CPC37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, a Empresa apresenta abaixo os impactos da transição para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil nas demonstrações financeiras individuais:

a) Ativo Intangível: A Empresa optou por efetuar a baixa de despesas diferidas classificadas como ativo intangível, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados. Essas despesas não se qualificam como despesas passíveis de capitalização de acordo com o CPC04 (IAS38);

b) Depósitos Judiciais: Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão, no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM no. 489/05, a qual foi revogada pela adoção do CPC 25, passaram a ser apresentados em conta do ativo não circulante da Empresa.

c) Benefícios a Empregados (CPC 33): Essa isenção não é aplicável, uma vez que a Empresa já adotava política de reconhecer os ganhos e perdas atuariais ao resultado do exercício.

Notas Explicativas

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CONTAS	BR GAAP					
	Em 01.01.2009 (data de transição)			Em 31.12.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	18.602	-	18.602	6.299	-	6.299
Revendedores	14.035	-	14.035	13.834	-	13.834
Consumidores	1.917	-	1.917	2.296	-	2.296
Valores a receber - Energia livre	634	-	634	75	-	75
Energia de curto prazo - CCEE	-	-	-	2.157	-	2.157
Alienação de bens e direitos	1.001	-	1.001	11.425	-	11.425
Renda da prestação de serviços	1.673	-	1.673	1.496	-	1.496
Tributos e contribuições sociais compensáveis	10.809	-	10.809	3.073	-	3.073
Estoques	2.529	-	2.529	2.568	-	2.568
Arrendamento UTE Piratininga	23.450	-	23.450	28.089	-	28.089
Outros créditos	5.935	-	5.935	6.799	-	6.799
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.674)	-	(1.674)	(2.107)	-	(2.107)
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	8.934	-	8.934
Despesas antecipadas	39	-	39	34	-	34
	78.950	-	78.950	84.972	-	84.972
NÃO CIRCULANTE						
Valores a receber - Energia livre	790	-	790	-	-	-
Valores a receber	74.450	-	74.450	63.389	-	63.389
Arrendamento UTE Piratininga	351.752	-	351.752	393.252	-	393.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.227	-	4.227	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	6.929	6.387	13.316	6.561	1.257	7.818
Investimentos	1.695	-	1.695	1.695	-	1.695
Imobilizado	602.586	-	602.586	578.780	-	578.780
Intangível	20.879	(19.619)	1.260	20.670	-	1.051
	1.063.308	(13.232)	1.050.076	1.064.347	1.257	1.045.985
TOTAL DO ATIVO	1.142.258	(13.232)	1.129.026	1.149.319	1.257	1.130.957
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	2.963	-	2.963	2.835	-	2.835
Folha de pagamento	4.466	-	4.466	5.178	-	5.178
Obrigações estimadas - folha de pagamento	8.511	-	8.511	11.534	-	11.534
Tributos e contribuições sociais	6.401	-	6.401	6.079	-	6.079
Dividendos e juros sobre capital próprio	68	-	68	1.201	-	1.201
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	16.213	-	16.213	17.682	-	17.682
Entidade de previdência a empregados	19.001	-	19.001	22.587	-	22.587
Taxas regulamentares	6.788	-	6.788	11.473	-	11.473
Encargos de uso da rede elétrica	1.548	-	1.548	1.697	-	1.697
Energia de curto prazo - CCEE	3.587	-	3.587	-	-	-
Pré-venda de energia elétrica	4.496	-	4.496	3.393	-	3.393
Outros	2.069	-	2.069	1.410	-	1.410
	76.111	-	76.111	85.069	-	85.069
NÃO CIRCULANTE						
Tributos e contribuições sociais	2.415	-	2.415	1.138	-	1.138
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	39.255	-	39.255	25.474	-	25.474
Entidade de previdência a empregados	67.947	-	67.947	65.140	-	65.140
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83.275	-	83.275	102.059	-	102.059
Encargos de uso da rede elétrica	2.661	-	2.661	1.670	-	1.670
Pré-venda de energia elétrica	2.461	-	2.461	-	-	-
Taxas regulamentares	4.913	-	4.913	1.015	-	1.015
Provisão para compromissos ambientais	-	-	-	5.009	-	5.009
Provisão para riscos trabalhistas,cíveis e tributários	16.892	6.387	23.279	25.076	1.257	26.333
Outras obrigações	16.202	-	16.202	16.202	-	16.202
	236.021	6.387	242.408	242.783	1.257	244.040
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	285.411	-	285.411	285.411	-	285.411
Reservas de capital	387.130	-	387.130	387.130	-	387.130
Reservas de lucro	157.585	-	157.585	148.926	-	148.926
Prejuízos acumulados	-	(19.619)	(19.619)	-	-	(19.619)
	830.126	(19.619)	810.507	821.467	-	801.848
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.142.258	(13.232)	1.129.026	1.149.319	1.257	1.130.957

Custo atribuído ("deemed cost")

A Empresa não adotou o custo atribuído ("deemed cost") para avaliação do imobilizado na data de transição (1º de janeiro de 2009), tendo em vista os principais seguintes fatos: (a) o vencimento de suas concessões se dará em 30 de novembro de 2012; e (b) embora a Administração tenha solicitado a prorrogação dos prazos das concessões, não há garantia de que estes serão autorizados pelo Poder Concedente, não se conhece o prazo a ser concedido na eventual prorrogação e tampouco há garantia de que esta ocorra sem a imposição de custos adicionais para a Empresa. Desta forma, o valor do ativo imobilizado, na hipótese de não renovação das concessões, deverá ser realizado substancialmente através de indenização a ser recebida do Poder Concedente. A metodologia para a determinação do valor de indenização não foi ainda definida pelo Poder Concedente, mas a Administração da Empresa entende que esta não será inferior ao valor contábil do custo dos ativos imobilizados, líquido das depreciações acumuladas.

2.6 Novas IFRSs e interpretações do IFRIC (comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As normas e respectivas alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Não houve adoção antecipada por parte dessas normas e alterações das normas existentes, quando é permitido, por parte da Empresa e sua controlada.

IFRS 1 e IFRS 7 - Isenções Limitadas de Divulgações Comparativas do IFRS 7 para Entidades que Adotam IFRS pela Primeira Vez

Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações na IFRS 1 e IFRS 7, as quais abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em, ou após, 1º de julho de 2010.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, conforme cronograma de substituição em três fases estabelecido pelo IASB. Essa norma representa a primeira parte da primeira fase desse cronograma de substituição e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros.

A IFRS 9 simplifica a mensuração de ativos financeiros e estabelece duas categorias principais: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.

A IFRS 9 é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2013. A Empresa está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da IFRS 9 e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 - Liquidando Passivos Financeiros com Instrumentos de Patrimônio

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a Interpretação 19, que trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Essa interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em, ou após, 1º de julho de 2010. A Empresa está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da referida interpretação.

IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na Interpretação 14, as quais são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir esses requerimentos. Essas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em, ou após, 1º de janeiro de 2011. Essa interpretação não é aplicável à Empresa e sua controlada.

IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas

A norma revisada simplifica os requisitos de divulgação para as entidades que são controladas em conjunto ou significativamente influenciadas por um governo (referido como entidades ligadas ao governo) e clarifica a definição de uma parte relacionada. A norma exige a aplicação retroativa. Assim, no ano do requerimento inicial, divulgações para o período comparativo deverão ser corrigidas. Aplicação antecipada é permitida, de toda a norma revista ou da isenção parcial para o governo e entidades ligadas. Se uma entidade aplicar a norma ou a isenção total ou parcial, por um período com início antes de 1º de janeiro de 2011, é obrigada a divulgar esse fato. A Empresa e sua controlada estão analisando os eventuais impactos de sua adoção e, portanto, não optou pela sua adoção antecipada.

IAS 32 - Classificação das Emissões de Direitos ("Classification of Rights Issues")

Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da IAS 32, que trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em qualquer moeda são instrumentos patrimoniais em vez de passivos derivativos conforme estabelecido anteriormente. As alterações da IAS 32 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de fevereiro de 2010. A Empresa entende que as alterações da referida norma não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas.

Aprimoramentos às IFRSs em 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e da IFRIC 13.

As mudanças da IFRS 1 adicionaram requerimentos de divulgação sobre mudanças de políticas contábeis no ano de adoção da IFRS e critérios para a utilização da mensuração a valor justo e incluíram a utilização do custo atribuído para operações sujeitas a preços regulados.

As alterações da IFRS 3 são relativas às disposições transitórias para contraprestações contingentes de combinações de negócios que precedam à revisão da IFRS 3 de 2008, à mensuração da participação de acionistas não controladores e às concessões de pagamentos baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente em combinações de negócios.

As modificações da IFRS 7 e da IAS 1 correspondem, respectivamente, a esclarecimentos sobre as divulgações de instrumentos financeiros e a apresentação de uma análise de outros resultados abrangentes por componente do patrimônio, enquanto as alterações da IAS 27 são relacionadas às disposições transitórias para as alterações oriundas da revisão da IAS 27 em 2008.

As alterações da IAS 34 são relativas a requerimentos de divulgação de eventos e transações significativas e às alterações da IFRIC 13, tratando da mensuração a valor justo de créditos concedidos em programas de fidelização de clientes.

As mudanças da IFRS 3 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de julho de 2010. As demais alterações de normas serão aplicadas aos períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2011. A Empresa e sua controlada estão analisando os eventuais impactos da adoção dessa norma, e, portanto, não optaram pela sua adoção antecipada.

Notas Explicativas

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros
("Disclosures - Transfers of Financial Assets")

Em outubro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IFRS 7, com o objetivo de adicionar divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos de exposição decorrentes da transferência de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade, promovendo transparência na divulgação dessas transações, em particular naquelas que envolvem securitização de ativos financeiros.

As alterações da IFRS 7 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de julho de 2011. A Empresa entende que as alterações do referido pronunciamento não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ("Financial Instruments")

Em outubro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IFRS 9. A alteração dessa norma adicionou requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e representa a segunda parte da primeira fase do cronograma de substituição da IAS 39.

As alterações da IFRS 9 serão aplicáveis aos períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2013. A Empresa está avaliando os efeitos oriundos da aplicação dessa norma e eventuais diferenças em relação à IAS 39.

IFRS 1 e IFRS 9 - Hiperinflação Severa e Remoção de Datas Fixas para Entidades que Adotam o IFRS pela Primeira Vez ("Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters")

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IFRS 1, estabelecendo as características de uma hiperinflação severa e a adoção do valor justo como custo atribuído de todos os ativos e passivos detidos pela entidade até a data em que esta deixou de ser submetida à hiperinflação severa. Além disso, o IASB alterou as IFRSs 1 e 9, a fim de remover as datas fixas a partir das quais as entidades adotantes pela primeira vez das IFRSs deveriam mensurar a valor justo os ativos e passivos financeiros, substituindo-as pela data de transição para as IFRSs.

As alterações das IFRSs 1 e 9 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1° de julho de 2011. Em virtude da adoção pela primeira vez das IFRSs no exercício corrente, as alterações das IFRSs 1 e 9 não afetarão as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

IAS 12 - Tributos Diferidos: Realização de Ativos Correspondentes
("Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets")

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu pronunciamento revisado da IAS 12, no qual introduziu uma presunção refutável de que propriedades para investimento avaliadas ao valor justo conforme a IAS 40 são realizadas integralmente através da venda e, consequentemente, o passivo fiscal diferido ou ativo fiscal diferido deve ser mensurado a fim de refletir essa condição. Essa presunção é refutável se a propriedade para investimento for mantida com o objetivo de consumir substancialmente todos os benefícios econômicos inerentes ao longo do tempo.

As alterações da IAS 12 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em, ou após, 1º de janeiro de 2012. A Administração da Empresa entende que essa alteração da norma não afetará as demonstrações financeiras da EMAE e de sua controlada.

2.7 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

2.8 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Revendedores/Consumidores

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

d. Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Arrendamento a receber

Registrado ao valor justo do ativo arrendado, na data da operação ajustado pela taxa implícita da operação com base no valor presente dos recebimentos futuros e pela variação do IGP-M, em atendimento à Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing).

f. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

g. Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, ou prazo da autorização, dos dois o menor. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

Os encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado no período de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, os encargos financeiros são registrados diretamente no resultado.

h. Intangível

O intangível refere-se à licenças de software, classificadas como ativos com vida útil definida. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 01 de janeiro de 2009 a EMAE possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “empréstimos e recebíveis” e “mantidos até o vencimento”.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Empresa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) revendedores e consumidores (nota 5), (ii) valores a receber (nota 6 e 8); (iii) outros créditos (nota 12); (iv) alienação de bens e direitos (nota 9).

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os (I) mantidos para negociação no curto prazo; (II) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (III) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Empresa tem classificados nesta categoria são: (i) caixa e equivalentes de caixa (nota 4); (ii) cauções e depósitos vinculados (nota 15).

Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são mensurados ao custo amortizado, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Empresa não possuí ativos classificados nesta categoria.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável (“impairment”), definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Empresa efetuou a avaliação de seus ativos nos exercícios apresentados e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

k. FIDC e outras obrigações

Os contratos de FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e outras obrigações, são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, utilizando o método do custo amortizado.

l. Obrigações estimadas e folha de pagamento

Inclui as provisões sobre folha de pagamento, como férias, gratificações e encargos sociais de férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

m. Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Empresa tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.
O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

o. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A IAS 37/CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Empresa e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Empresa e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgadas em nota explicativa.

p. Provisões para custos socioambientais

É registrada à medida que a Empresa assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de prováveis riscos relacionados às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento serão registrados diretamente no resultado do exercício.

q. Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto no CPC 33. A partir de 2006, os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no resultado do exercício.

r. Apuração do resultado

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Empresa; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

s. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela EMAE, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

u. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Empresa não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído. Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 27.6.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Tipo de Aplicação		Controladora 31.12.10	Controladora 31.12.09	Controladora 01.01.09	Consolidado 31.12.10
Caixa e bancos conta movimento			19.019	6.056	7.200	19.219
Aplicações financeiras:						
Banco Bradesco S.A.	CDB	(a)	203	-	345	203
Banco do Brasil	CDB	(a)	2.014	-	-	2.014
Banco Nossa Caixa S.A.	FIF	(b)	-	243	11.057	-
			21.236	6.299	18.602	21.436

As taxas de juros em 31.12.10 relacionadas às aplicações financeiras efetuadas em reais, foram 8,8746% e 9,0697% respectivamente em 2009

(a) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

(b) Refere-se ao fundo de investimento Banco Nossa Caixa de resgate imediato.

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora 31.12.10	Controladora 31.12.09	Controladora 01.01.09	Consolidado 31.12.10
a) Suprimento de Energia				
Leilão de energia e agentes comercializadores	11.371	13.834	14.035	11.371
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres	2.116	2.296	1.917	2.116

6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses geradores livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE, (Mercado Atacadista de Energia, atual CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMAE respondia, à época por cerca de 1,3% (informação não auditada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país.

O saldo a receber referente a esses créditos (ativo) está sendo recuperado pela "Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE" das distribuidoras (contada desde dezembro de 2001). Com estes recursos, a EMAE amortizou parcelas dos contratos firmados com o BNDES.

A Resolução Normativa nº 387 da ANEEL, de 15/12/2009, estabelece a metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento. A operacionalização para a demonstração do saldo final dar-se-á nos próximos meses, conforme prazos constantes da citada Resolução.

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Composição:	
Saldo em 31.12.2009.....	75
Valor faturado.....	3.006
Valor recebido.....	(977)
Saldo em 31.12.2010.....	2.104

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da Recomposição Tarifária Extraordinária , a EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R$ 2.104 (Nota 13).

7. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2010 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Notas 28.3 e 28.4).

8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Circulante				
Contrato.....	14.260	-	-	14.260
Não circulante				
Contrato.....	32.085	63.389	74.450	32.085

Em 21 de julho de 2006, com a anuência do DAEE, foi assinado o instrumento de cessão de parte desse contrato a favor da CESP – Companhia Energética de São Paulo, no montante de R$ 20.000, transferindo o direito de recebimento de aproximadamente 24 parcelas.

Em 2007 foram firmados termos aditivos a esse instrumento, alterando o prazo de recebimento para 40 parcelas mensais e o valor da cessão de créditos para R$ 33.000.

Em 21 de janeiro de 2008, com a anuência do DAEE, foi assinado o terceiro termo aditivo a esse contrato, com a cessão de créditos no valor de R$ 5.600.

Em 30 de abril de 2009, com a anuência do DAEE, foi assinado o quarto termo aditivo a esse contrato, com a cessão de créditos no valor de R$ 10.000.

Em 06 de abril de 2010, com a anuência do DAEE, foi assinado o quinto termo aditivo a esse contrato, com a cessão de créditos no valor de R$ 10.000.

Em 16 de junho de 2010, foi antecipado pelo DAEE as 7 últimas parcelas, de nºs 114 a 120, para execução de obras emergenciais no Canal Pinheiros, no valor de R$ 9.874.

O valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

9. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

A EMAE efetuou a alienação do imóvel rural, com área de 17.462.000 m^2 localizado no Bairro de Pilões, Município Guaratinguetá – S.P., pelo valor de R$ 3.104 para a empresa Construtora Kamilos Ltda, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 08 de dezembro de 2010.

A EMAE efetuou a alienação de imóvel urbano, com área de 600 m², localizado na Rua Castro Verde, nº 300 - Bairro Várzea de Baixo – S.P., pelo valor de R$ 745 para uma pessoa física.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Circulante				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	510	229	270	510
Imposto de renda a compensar (b).....	451	451	6.351	451
Contribuição social a compensar (b).....	600	600	2.019	600
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	2.086	1.143	1.449	2.086
Outros.....	676	650	720	676
	4.323	3.073	10.809	4.323

(a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.

(b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.

(c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.

11. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A eficácia do Instrumento de Contrato de Arrendamento estava condicionada às seguintes condições suspensivas: (i) aprovação da ANEEL quanto ao contrato de arrendamento e à exploração da Usina Piratininga pela Petrobras, mediante emissão de ato específico, sob qualquer forma manifestado, pela ANEEL; (ii) validade, vigência e eficácia das licenças ambientais e autorizações existentes e relacionadas com a operação regular a gás natural de todos os ativos, áreas e bens aportados durante a vigência do Consórcio Piratininga São Paulo, pelo órgão ambiental licenciador competente para emiti-las, e a sua conseqüente emissão em nome da Petrobras, de modo a não lhe causar óbices à operação regular de todas as instalações e equipamentos destinados à geração de energia termoelétrica, áreas de imóveis e bens aportados durante a vigência do Consórcio Piratininga São Paulo; e (iii) emissão de instrumento, pelo órgão ambiental licenciador, que permita a operação regular, a óleo combustível, dos ativos, desde que as condições eventualmente impostas sejam estritamente referentes aos bens objeto do contrato de arrendamento e sejam aprovadas pela Petrobras. Todas as condições suspensivas foram cumpridas, de modo que o arrendamento tornou-se eficaz a partir de 21 de maio de 2008.

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE (subsidiária integral da Petrobras).

Em 29 de maio de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou no Diário Oficial da União, extrato de termo aditivo relativo ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 002/2004 – ANEEL, firmado originalmente pela EMAE em 11 de novembro de 2004. Referido termo aditivo tem por objetivo adequar o instrumento contratual celebrado entre a União e a EMAE, de modo a contemplar a transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE, conforme a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Notas Explicativas

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro. De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento. O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

	Controladora									Consolidado
Conta	Saldo 01.01.09	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	Saldo 31.12.09	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	Saldo 31.12.10	Saldo 31.12.10
ATIVO										
Circulante.....	23.450	23.093	33.921	(52.375)	28.089	25.975	32.889	(54.563)	32.390	32.390
Não Circulante.	351.752	(23.093)	64.593		393.252	(25.975)	53.796	-	421.073	421.073
	375.202	**-**	**98.514**	**(52.375)**	**421.341**	**-**	**86.685**	**(54.563)**	**453.463**	**453.463**

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	**31.12.09**	**01.01.09**	**31.12.10**
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(277.989)	(310.877)	(344.798)	(277.989)
Variação monetária.....	118.390	64.593	-	118.390
Recebimentos.....	(151.938)	(97.375)	(45.000)	(151.938)
	453.463	**421.341**	**375.202**	**453.463**

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2011	32.390
Não circulante	
De 2012 até 2016	161.950
De 2017 até 2024	259.123
	421.073
Total	453.463

12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Circulante				
Serviços em curso (1)	2.817	1.619	1.378	2.817
Outros créditos (2)	9.120	5.180	4.557	9.120
	11.937	6.799	5.935	11.937

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

13. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R$4.751 em 31 de dezembro de 2010 (R$2.107 em 2009 e R$1.674 em 2008).

	Controladora					Consolidado
	31.12.10	Provisão	31.12.09	Provisão	01.01.09	31.12.10
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.751)	(2.644)	(2.107)	(433)	(1.674)	(4.751)

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

14.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora e Consolidado	Controladora	Controladora e Consolidado	Controladora
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes dos impostos e contribuições	31.860	15.485	31.860	15.485
Alíquota vigente	25%	25%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(7.965)	(3.871)	(2.867)	(1.393)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição	(3.883)	(3.395)	(1.398)	(1.222)
Outros	(337)	(67)	(747)	(675)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão				
Provisões diversas	(2.157)	(3.218)	(777)	(1.158)
Outros (PAT, incentivos)	104	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.435	(6.369)	706	(1.643)
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado	(12.803)	(16.920)	(5.083)	(6.091)
Corrente	(3.245)	-	(1.643)	-
Diferido	(9.558)	(16.920)	(3.440)	(6.091)
Alíquota efetiva	40%	109%	16%	39%

14.2 Composição dos saldos:

	ATIVO			PASSIVO		
	Controladora e Consolidada	Controladora		Controladora e Consolidada	Controladora	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de Renda						
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	-	-	3.108	-	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis até 2009 (b)	19.815	19.815	16.643	-	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (c)	63.204	64.639	58.270	-	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2010 (d)	2.157	-	-	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (e)	-	-	-	84.601	75.044	61.232
Contribuição Social						
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	-	-	1.119	-	-	
Provisões temporariamente indedutíveis até 2009 (b)	7.133	7.133	5.991	-	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (c)	18.478	19.183	17.540	-	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2010 (d)	777	-	-	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (e)	-	-	-	30.456	27.015	22.043
	111.564	110.770	102.671	115.057	102.059	83.275
Provisão para créditos tributários (f)	(111.564)	(110.770)	(98.444)	-	-	
	-	-	4.227	115.057	102.059	83.275

(a) No exercício de 2001, foram contabilizados R$ 40.158 em contrapartida de lucros acumulados, relativos a créditos fiscais temporariamente indedutíveis a título de imposto de renda e contribuição social, conforme Deliberação CVM nº 273/98. A quase totalidade dos créditos está constituída à alíquota de 34% referente a déficit previdenciário com a Fundação CESP (reconhecido em 1997 no passivo), em cumprimento à determinação prevista no IAS19/CPC33l. A realização desses créditos fiscais ocorre com base nas amortizações mensais do contrato entre a EMAE e a Fundação CESP (Nota 20).

Foi realizado durante o exercício o montante de R$ 4.227, sendo R$ 1.118 de contribuição social e R$ 3.109 de imposto de renda, do saldo desses créditos fiscais.

(b) Referem-se ao registro, até o exercício de 2009, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte “B” do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, e sobre a base negativa da contribuição social.

(c) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007 e de 2009.

(d) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.

(e) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 11).

(f) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

15. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Circulante				
Depósitos vinculados (a)	7.769	8.934	-	7.769
Não circulante				
Depósitos judiciais (b)	3.703	3.085	9.000	3.703
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c)	5.136	4.733	4.316	5.136
	8.839	7.818	13.316	8.839
	16.608	16.752	13.316	16.608

a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R$ 5.762 (R$7.863 em 2009) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos (Nota 9), que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R$ 2.007 (R$ 2.128 em 2009) de outros depósitos vinculados.

b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos juidiciais.

c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, que poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo (Nota 19). Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

16. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	Controladora e Consolidado				Controladora	Controladora
	2010				2009	2008
	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos		6.897	-	6.897	6.897	6.901
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,1%	707.089	(370.300)	336.789	336.789	362.731
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1,7%	78.934	(47.513)	31.421	31.421	34.185
Máquinas e Equipamentos	2,8%	422.937	(252.646)	170.291	170.291	184.081
Veículos	6,7%	8.010	(4.848)	3.162	3.162	1.293
Móveis e Utensílios	2,9%	2.035	(1.942)	93	93	229
Subtotal		**1.225.902**	**(677.249)**	**548.653**	**566.231**	**589.420**
Em curso		13.583		13.583	12.549	13.166
Total		1.239.485	(677.249)	562.236	578.780	602.586

Notas Explicativas

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 2010 e 2009 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 01.01.09	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.09
Em serviço							
Terrenos		6.901	-	(4)	-	-	6.897
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,1%	704.016	-	-	1.299	(355.818)	349.497
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1,7%	86.045	-	(9.549)	2.091	(46.148)	32.439
Máquinas e Equipamentos	2,8%	413.150	-	-	3.435	(240.935)	175.650
Veículos	6,7%	5.209	-	-	832	(4.446)	1.595
Móveis e Utensílios	2,9%	2.035	-	-	-	(1.882)	153
Subtotal		1.217.356	-	(9.553)	7.657	(649.229)	566.231
Em curso		13.166	7.040	-	(7.657)	-	12.549
Total		1.230.522	7.040	(9.553)	-	(649.229)	578.780

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.09	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.10
Em serviço							
Terrenos		6.897	-	-	-	-	6.897
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,1%	705.315	-	-	1.774	(370.300)	336.789
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1,7%	78.587	-	-	347	(47.513)	31.421
Máquinas e Equipamentos	2,8%	416.585	-	(64)	6.416	(252.646)	170.291
Veículos	6,7%	6.041	-	(326)	2.295	(4.848)	3.162
Móveis e Utensílios	2,9%	2.035	-	-	-	(1.942)	93
Subtotal		1.215.460	-	(390)	10.832	(677.249)	548.653
Em curso		12.549	11.866	-	(10.832)	-	13.583
Total		1.228.009	11.866	(390)	-	(677.249)	562.236

Depreciação no resultado:

	2010	2009
Imobilizado	(28.020)	(28.818)
Intangível	(805)	(449)
	(28.825)	(29.267)

Total de aquisições:

	2010	2009
Imobilizado	11.334	7040
Intangível	532	639
	11.866	7679

16.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 11), abrangendo portanto as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usinas	Rios		Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)	Data da concessão	Data de vencimento
Hidrelétricas						
UHE Henry Borden	Rio das Pedras		889,00	127,7	01.12.1982	30.11.2012
UHE Porto Góes	Tietê		24,80	19,9	01.12.1982	30.11.2012
UHE Rasgão	Tietê		22,00	17,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Izabel	Ribeirão Grande		2,64	0,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Edgard de Souza	Tietê	(a)	11,00	-	01.12.1982	30.11.2012
			949,44	165,8		

(a) Reinstalação de unidade geradora com capacidade de 11,0 MW, previsto para entrar em operação em meados de 2012 (informação não auditada pelos auditores independentes).

16.2 Condições de Renovação

O prazo das concessões, a critério do Poder Concedente, poderá ser prorrogado por período de até 20 anos, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento da EMAE a ser apresentado até 36 meses antes do término da respectiva concessão, desde que a exploração das usinas esteja nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Em 05 de novembro de 2009, a Administração da EMAE protocolou na ANEEL, requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos por um período de 20 anos. O prazo regulamentar da ANEEL para manifestação é até o final de maio de 2011.

16.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

16.4 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Administração da Empresa preparou, com base em seu valor em uso e considerando a indenização correspondente ao valor residual dos livros ao final da concessão, atualizado monetariamente pelo IGP-M, um fluxo de caixa descontado de suas operações até novembro de 2012, para cada unidade de geração de caixa. A estimativa preparada pela Administração indica que o valor presente é suficiente para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010.

Principais premissas utilizadas:

- Fluxo de caixa futuros em moeda constante e trazidos a valor presente por taxa de desconto equivalente a utilizada na captação de recursos.
- Taxa de desconto de 8,27% estimada com base no custo do FIDC sem o impacto da inflação projetada pelo IPCA.
- Receitas e despesas baseadas no orçamento empresarial anual aprovado pelo Conselho de Administração, com consequente orçamento plurianual e expectativas do setor elétrico.
- Energia disponível comercializada no Ambiente de Contratação Livre.

Metodologia:

- A receita de venda de energia de cada usina é obtida pelo rateio de sua garantia física em relação ao total da Empresa.
- No Complexo Henry Borden adicionou-se a receita de geração de reativos para o sistema, estimada com base em anos anteriores, conforme contrato de prestação de serviços ancilares firmado com o O.N.S.
- Utilizada a média de geração de cada usina dos últimos seis anos para a estimativa das despesas com compensação financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.
- As despesas com energia de curto prazo para cada usina também foram estimadas com base na média de geração.

17. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Circulante				
Provisão de férias e gratificação de férias	6.381	6.514	6.259	6.381
Encargos sociais sobre férias	5.889	5.020	2.252	5.889
	12.270	11.534	8.511	12.270

18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Circulante				
COFINS s/ receitas	1.145	1.266	1.592	1.145
PIS s/ receitas	249	275	346	249
ICMS s/ receita de fornecimento de energia	251	264	697	251
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa	2.273	1.913	1.839	2.273
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1)	4.303	-	-	4.303
IPTU - REFIS (2)	388	1.303	1.258	388
IPTU - REFIS (3)	82	114	114	82
IPTU - REFIS (4)	90	90	90	90
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (5)	147	147	-	147
Outros	636	707	465	636
	9.564	6.079	6.401	9.564
Não circulante				
IPTU - REFIS (2)	-	434	1.677	-
IPTU - REFIS (3)	-	23	163	-
IPTU - REFIS (4)	395	485	575	395
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (5)	49	196	-	49
	444	1.138	2.415	444
	10.008	7.217	8.816	10.008

(1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2010 a serem pagos em janeiro de 2011.

(2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de São Paulo, com amortização em 120 parcelas mensais, a partir de maio de 2001.

(3) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Santana do Parnaíba, com amortização em 60 parcelas mensais, a partir de agosto de 2006.

(4) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.

(5) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

19. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	Controladora					Consolidado
	31.12.10			31.12.09	01.01.09	31.12.10
	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total	Total
FIDC.....	19.371	8.283	27.654	43.156	55.468	27.654

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R$ 1 milhão, lançado pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI – Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a.

O Fundo, do tipo fechado, é administrado pela INTRAG – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mediante cessão de créditos oriundos de CCEAR's (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 34 distribuidoras de energia.

A EMAE possui créditos próprios em quotas subordinadas no valor de R$ 5.136 (R$ 4.733 em 2009 e R$ 4.316 em 2008), registrados no ativo não circulante, cauções e depósitos vinculados (Nota 15).

A movimentação dos saldos do FIDC em 2010 está representada por:

Controladora									Consolidado
01.01.09	31.12.09				31.12.10				31.12.10
		Despesa				Despesa			
Saldo	Amortização	Juros	Variações monetárias	Saldo	Amortização	Juros	Variações monetárias	Saldo	Saldo
55.468	(18.015)	599	5.104	43.156	(19.577)	403	3.672	27.654	27.654

Controladora			Controladora e consolidado			Consolidado
31.12.09			31.12.10			31.12.10
Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	Total
17.738	277	18.015	19.275	302	19.577	19.577

Notas Explicativas

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

		Controladora					Consolidado
		31.12.10			31.12.09	01.01.09	31.12.10
Credor	Objeto	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS.....	20.506	103.490	123.996	109.810	145.574	123.996
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	(47.860)	(47.860)	(22.083)	(58.626)	(47.860)
		20.506	55.630	76.136	87.727	86.948	76.136

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 2010 está representada por:

Controladora e Consolidado						
01.01.09			31.12.09	31.12.10		
Saldo	Amortização	Despesa	Saldo	Amortização	Despesa	Saldo
86.948	(20.388)	21.167	87.727	(36.661)	25.070	76.136

No resultado:	2010	2009
Plano BSPS.....	25.070	21.167
Plano CD.....	2.399	2.276
	27.469	**23.443**

20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

A EMAE, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º. de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Notas Explicativas

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

20.2 DEMONSTRAÇÃO DO PASSIVO A SER REGISTRADO DE ACORDO COM A CPC 33/IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, o passivo atuarial da EMAE é conforme segue:

a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	10,24%	10,24%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,28%	11,28%	11,28%
Taxa de crescimento salarial futuro	7,12%	7,12%	6,08%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo	0,9784	0,9784	0,9784
Taxa de rotatividade	nula	nula	nula
Tábua de mortalidade	AT - 2000	AT - 2000	AT - 83
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos (*)	742	768	798
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez (*)	439	417	400
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez (*)	29	30	29
Nº de participantes inativos - pensionistas (*)	41	39	38

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A EMAE, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

b1) Conciliação dos ativos e passivos

	31.12.10	31.12.09
Total do passivo atuarial	506.431	461.126
Valor justo dos ativos (marcados a mercado)	(430.295)	(373.399)
Passivo líquido	76.136	87.727

b2) Movimentação do passivo atuarial

	31.12.10	31.12.09
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	461.126	451.349
Custo dos juros	47.219	46.218
Ganho/Perda atuarial	22.776	(13.230)
Benefícios pagos	(24.690)	(23.211)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	506.431	461.126

b3) Movimentação do ativo do plano

	31.12.10	31.12.09
Valor justo do ativo do plano	373.399	331.210
Contribuição do empregador	10.947	20.486
Retorno ocorrido dos investimentos	70.639	44.914
Benefícios pagos	(24.690)	(23.211)
Valor justo do ativo do plano	430.295	373.399

b4) Despesa estimada para:

	2011
Custo dos juros	51.859
Retorno dos investimentos	(48.537)
Total	3.322

b5) Conciliação do passivo atuarial:

	2010	2009
Saldo Inicial	87.727	86.948
Despesa	5.100	4.607
Contribuição - pagamento e amortização	(36.661)	(20.388)
Ganhos (perdas) atuariais	19.970	16.560
Saldo final	**76.136**	**87.727**

20.3 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Empresa em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R$ 123.996

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

21. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Circulante				
Reserva Global de Reversão - RGR (1):				
- Quota mensal	292	287	224	292
- Diferença de quotas - 2006 (2)	-	-	129	-
- Diferença de quotas - 2007 (3)	-	58	719	-
- Diferença de quotas - 2008 (4)	414	4.972	-	414
- Diferença de quotas - 2009 (5)	1.016	-	-	1.016
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	873	1.992	802	873
Taxa de fiscalização - ANEEL	34	48	26	34
Quota para P&D - FNDCT (6)	60	100	1.134	60
Quota para P&D - EPE (6)	30	50	567	30
P&D - Recursos para projetos (6)	4.027	3.966	3.187	4.027
	6.746	11.473	6.788	6.746
Não circulante				
Reserva Global de Reversão - RGR:				
- Diferença de quotas - 2008 (4)	-	-	4.913	-
- Diferença de quotas - 2009 (5)	-	1.015	-	-
- Diferença de quotas - 2010 (7)	769	-	-	769
	769	1.015	4.913	769
	7.515	12.488	11.701	7.515

(1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

(2) Conforme despacho ANEEL nº 212 de 28 de janeiro de 2008, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2008.

(3) Conforme despacho ANEEL nº 476 de 4 de fevereiro de 2009, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2009.

(4) Conforme despacho ANEEL nº 218 de 2 de fevereiro de 2010, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2010.

(5) Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011.

(6) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

(7) Diferença de recolhimentos de 2010, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL no início de 2012.

Notas Explicativas

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

22. ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA

	Controladora					Consolidado
	31.12.10			31.12.09	01.01.09	31.12.10
	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total	Total
Encargos de uso da rede elétrica - CUSD/CUST (a).....	119	-	119	27	218	119
Tarifa de uso do sitema de distribuição - TUSDg (b).....	1.883	-	1.883	3.340	3.991	1.883
	2.002	-	2.002	3.367	4.209	2.002

(a) Refere-se aos encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

(b) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de setembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.

Foi impetrado o Mandado de Segurança n° 2007.34.00. 040933-5 contra ato do Diretor Geral da ANEEL, com obtenção de liminar, em 28 de agosto de 2007, determinando a suspensão do artigo 4° e do anexo IV da Resolução Homologatória ANEEL n° 497/07, desobrigando ao pagamento da TUSDg mensal atual e retroativa (de 01/06/04 a 30/07/07) determinadas pela referida Resolução, além da obrigatória assinatura de Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), sendo determinado à ANEEL que se abstenha de aplicar multa ou qualquer medida coercitiva nesse sentido. O processo encontra-se na AGU – Advocacia Geral da União.

23. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora					Consolidado
	31.12.10			31.12.09	01.01.09	31.12.10
	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total	Total
Compromissos socioambientais.....	-	2.200	2.200	5.009	-	2.200

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

Durante o exercício de 2010, foi revertida parte da provisão em decorrência de realização dos compromissos ambientais assumidos anteriormente no valor de R$ 2.809.

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora				
	01.01.09	31.12.09			
	Saldo	Pagamentos	Provisão	Reversão	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	10.654	-	1.076	-	11.730
Diversas.....	9.109	(3.774)	973	(1.484)	4.824
	19.763	(3.774)	2.049	(1.484)	16.554
Cíveis.....	1.894	-	7.885	-	9.779
Tributárias.....	1.622	(849)	-	(773)	-
	3.516	(849)	7.885	(773)	9.779
	23.279	(4.623)	9.934	(2.257)	26.333

	Controladora				Consolidado
	31.12.09	31.12.10			31.12.10
	Saldo	Provisão	Reversão	Saldo	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	11.730	1.579	-	13.309	13.309
Diversas.....	4.824	2.124	-	6.948	6.948
	16.554	3.703	-	20.257	20.257
Cíveis.....	9.779	2.914	(1.656)	11.037	11.037
Tributárias.....	-	4.457	-	4.457	4.457
	9.779	7.371	(1.656)	15.494	15.494
	26.333	11.074	(1.656)	35.751	35.751

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R$ 13.309 em 31 de dezembro de 2010.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial. A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A, em decorrência de despacho n° 288/2 002 da ANEEL. Diante do recálculo e redistribuição pretendida pela autora, a EMAE provisionou o montante de R$ 8.172.

Tributárias – Refere-se a ação anulatória em face da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, onde se discute a suspensão do contrato de Uso dos Sistemas de Transmissão – CUST e do pagamento do TUSD, no valor de R$ 4.457.

Depósitos judiciais – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários em 31 de dezembro de 2010, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

	Provável			
	Controladora			Consolidado
Natureza	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Cível.....	11.037	9.779	1.894	11.037
Trabalhista.....	20.257	16.554	19.763	20.257
Tributária.....	4.457	-	1.622	4.457
	35.751	26.333	23.279	35.751

	Possível			
	Controladora			Consolidado
Natureza	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Cível.....	2.693	45	581	2.693
Trabalhista.....	5.348	3.379	4.714	5.348
Tributária.....	-	-	1.377	-
	8.041	3.424	6.672	8.041

	Remota			
	Controladora			Consolidado
Natureza	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
Cível.....	6.298	4.188	6.396	6.298
Trabalhista.....	8.429	6.437	3.516	8.429
Tributária.....	1.546	1.047	218	1.546
	16.273	11.672	10.130	16.273

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevantes referem-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 30).

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10
ATIVO				
CIRCULANTE				
Valores a receber	14.260	-	-	14.260
NÃO CIRCULANTE				
Valores a receber	32.085	63.389	74.450	32.085
	46.345	63.389	74.450	46.345
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Entidade de previdência a empregados	20.506	22.587	19.001	20.506
NÃO CIRCULANTE				
Entidade de previdência a empregados	55.630	65.140	67.947	55.630
	76.136	87.727	86.948	76.136

Efeito no Resutado:

	Controladora		Consolidado
	2010	2009	2010
RECEITAS FINANCEIRAS			
Valores a receber	3.300	-	3.300
VARIAÇÕES MONETÁRIAS			
Valores a receber	(810)	(1.061)	(810)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Entidade de previdência a empregados	(25.070)	(23.443)	(25.070)
	(22.580)	(24.504)	(22.580)

As condições e a natureza das operações apresentadas estão descritas nas Notas 8 e 20.

26.1 Gestão compartilhada EMAE/CESP

Por decisão dos Conselhos de Administração da EMAE e CESP – Companhia Energética de São Paulo (empresa também controlada pelo governo do Estado de São Paulo), as duas empresas foram geridas por diretoria unificada entre dezembro de 2002 e janeiro de 2010. As áreas gerenciais atuaram de forma coordenada e as áreas operacionais atuaram de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os acordos previam adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para outra. Em 31 de dezembro de 2010 a EMAE possui um saldo a receber de R$ 821 com a CESP.

26.2 Remuneração de administradores

A remuneração da Administração da Empresa no exercício de 2010 foi de R$ 1.139 (R$ 1.792 em 2009), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R$ 949 (R$ 1.588 em 2009) e encargos sociais no valor de R$ 190 (R$ 204 em 2009).

26.3 Captação de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê do qual fazem parte os reservatórios Billings e Guarapiranga, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928, autorizada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 4.487/28, e, posteriormente, por outros instrumentos legais e contaram com a anuência da EMAE e das suas antecessoras (ELETROPAULO e Light), porém foram condicionadas à devida compensação financeira, o que, no entanto, nunca ocorreu.

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas, Decreto nº 24.643/34, como dos Serviços de Energia Elétrica, Decreto nº 41.019/57, obrigam o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios, porém prevêem o seu ressarcimento.

Várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos, visando estabelecer acordo administrativo entre as partes para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden da ordem de 101 MW médios causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Até dezembro de 2010, a SABESP não havia apresentado proposta minimamente aceitável, assim, a manutenção do impasse levou a EMAE a solicitar à Secretária de Energia o encaminhamento do assunto para arbitragem do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, onde se encontra em análise.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital Social

O capital social integralizado de R$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2010 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	14.705.370	100,00	52.068	0,23	14.757.438	39,94
Centrais Elétricas Brasileiras S/A. ELETROBRÁS	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero	-	-	1.265.433	5,69	1.265.433	3,42
Leonardo Izecksohn	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações	-	-	784.000	3,52	784.000	2,12
Fanny Berta Izecksohn	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
Fundo Mútuo Inv. Ações Cart. Livre Mistyque	-	-	592.000	2,66	592.000	1,60
ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães	-	-	472.500	2,12	472.500	1,28
Outros	-	-	2.447.162	11,01	2.447.162	6,63
	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

27.2 Direitos das Ações

Conforme disposto nos artigos 4º e 30º do Estatuto Social da Empresa, as ações têm as seguintes características:

Preferenciais

a. prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

b. direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

c. direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;

d. direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

Ordinárias

a. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembléia geral ;

b. Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

27.3 Reserva de lucros a realizar

Saldo em 31.12.2009.....	140.397
Realização da reserva.....	(9.466)
Saldo em 31.12.2010.....	130.931

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30/04/2009, foi aprovada a proposta da Administração de constituição de reserva de lucros a realizar, decorrente do registro do ganho na operação de arrendamento mercantil da UTE Piratininga, de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Deliberação CVM nº 645/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06, que trata das operações de arrendamento mercantil. A realização da reserva ocorre mediante o recebimento das parcelas, pela amortização do saldo de principal do arrendamento a receber UTE Piratininga (Nota 11).

27.4 Proposta de destinação

Lucro líquido do exercício.....	13.974
Prejuízos acumulados.....	(19.619)
Reserva Legal (5%).....	(699)
Realização da reserva de lucros a realizar.....	9.466
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	(3.122)
Saldo de lucros acumulados em 31.12.2010...	-

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

27.5 Dividendo por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de dividendos por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares, exceto valor por ação):

	2010		2009	
Dividendos atribuído aos acionistas	**R$**	**3.122**	**R$**	**1.133**
Dividendos disponíveis aos acionistas preferenciais	R$	1.950	R$	708
Dividendos disponíveis aos acionistas ordinários	R$	1.172	R$	425
	R$	3.122	R$	1.133
Número de ações preferenciais		22.241.714		22.241.714
Número de ações ordinárias		14.705.370		14.705.370
Total		36.947.084		36.947.084
Dividendos por ação				
Ação Preferencial	R$	0,0877	R$	0,0318
Ação Ordinária	R$	0,0797	R$	0,0289

27.6 Lucro por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares, exceto valor por ação):

	2010		2009	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**R$**	**13.974**	**R$**	**(7.526)**
Número de ações preferenciais		22.241.714		22.241.714
Número de ações ordinárias		14.705.370		14.705.370
Total		36.947.084		36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Preferencial	R$	0,3924	R$	(0,2113)
Ação Ordinária	R$	0,3567	R$	(0,1921)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

28.1 Conciliação da receita operacional líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresenta na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

	Controladora		Consolidado
	2010	2009	2010
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia	21.979	27.096	21.979
Suprimento de energia - leilão	96.859	83.083	96.859
Suprimento de energia - comercializadores	3.963	44.369	3.963
Energia de curto prazo - CCEE	20.337	15.092	20.337
Renda da prestação de serviços	25.850	21.003	25.850
Outras receitas	811	808	811
	169.799	191.451	169.799
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para reserva global de reversão - RGR	(4.276)	(4.522)	(4.276)
COFINS sobre receitas operacionais	(16.145)	(17.837)	(16.145)
PIS sobre receitas operacionais	(3.505)	(3.872)	(3.505)
ICMS sobre fornecimento de energia	-	(1.642)	-
Imposto sobre serviços - ISS	(1.671)	(1.140)	(1.671)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.421)	(1.600)	(1.421)
	(27.018)	(30.613)	(27.018)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	142.781	160.838	142.781

28.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A EMAE iniciou em 2005, o atendimento dos contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência do 1º Leilão de Empreendimentos Existentes realizado em 7 de dezembro de 2004 (Nota 1.1).

A EMAE iniciou em 2008, suprimento a 34 distribuidoras compradoras do 1º Leilão de Energia Nova realizado em 16 de dezembro de 2005. Em 2009, iniciou suprimento a 18 distribuidoras compradoras do 4º Leilão de Energia Existente realizado em 11 de outubro de 2005 (Nota 1.1).

Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	Produto 2007-2014	4º Leilão 2009-2016	Energia Nova 2008-2037 e 2009-2038	Energia Nova 2010-2039
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	77,10	87,71	96,00	116,16	139,10	139,08
Ampla	Março	77,71	88,40	96,75	-	140,18	140,17
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	78,11	88,86	97,25	117,68	140,91	140,90
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	78,55	89,36	97,81	-	141,71	141,70
Energisa e Copel	Junho	78,89	89,75	98,23	-	142,32	142,31
Celtins e Eletropaulo	Julho	78,89	89,75	98,23	118,86	142,32	142,31
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	78,90	89,76	98,24	118,87	142,34	142,32
Celg	Setembro	78,93	89,79	98,28	118,92	142,39	142,38
Bandeirante, CEEE e Piratininga	Outubro	79,29	90,19	98,72	119,45	143,03	143,02
Light	Novembro	79,88	90,87	99,46	-	144,11	144,09

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

28.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de leilões de compra de energia realizados em 2010, que resultaram no fornecimento para consumidores livres e no suprimento para comercializadoras de energia a seguir relacionados:

Empresa	Período	Qtde (MW Médios)	Faturamento R$ Mil
PARAMOUNT SUL (LANSUL)	01/jan - 31/dez/10	2,0	2.647
Bombril S.A.	01/jan - 31/dez/10	3,0	3.615
Cia.do Metropolitano de SP - METRÔ	01/jan - 31/dez/10	2,6	3.376
TOYOBO do Brasil	01/jan - 31/dez/10	6,0	7.654
Cimento Planalto - CIPLAN	01/jan - 31/dez/10	3,8	4.687
Fornecimento de energia		17,4	21.979

Comercializadora	Período	Qtde (MW Médios)	Faturamento R$ Mil
COMPASS	01/mai - 31/mai/10	7,0	349
COMPASS	01/jun - 30/jun/10	11,0	673
COMPASS	01/ago - 31/ago/10	20,0	1.896
COMPASS	01/out - 31/out/10	4,0	426
COOMEX	01/nov - 30/nov/10	7,0	619
Suprimento de energia - comercializadores		49,0	3.963

28.4 Energia Elétrica Vendida

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R$ mil	
	2010	2009	2010	2009
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres	153.069	182.488	21.979	27.096
Suprimento				
Energia de leilão	1.127.592	1.057.512	89.291	78.595
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD	-	-	7.568	4.488
	1.127.592	1.057.512	96.859	83.083
Agentes comercializadores	36.020	391.402	3.963	44.369
	1.163.612	1.448.914	100.822	127.452
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo	-	-	20.337	15.092
Total	1.316.681	1.631.402	143.138	169.640

(1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoelétrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

28.5 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2010	2009
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	4.166	-
Petrobras (UTE's).....	19.521	18.411
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.746	1.616
CTEEP (Subestação Piratininga).....	281	279
Outros serviços.....	136	697
	25.850	21.003

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

29. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Custos de operação			Custos do serviço prestado a terceiros			Despesas gerais e administrativas			Outras receitas e despesas			TOTAL		
	Controlada		Consolidado	Controlada		Consolidado	Controlada		Consolidado	Controlada		Consolidado	Controlada		Consolidado
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.10	31.12.09	31.12.10
Energia de curto prazo - CCEE	(5.620)	(7.680)	(5.620)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.620)	(7.680)	(5.620)
Energia elétrica comprada para revenda	(349)	(490)	(349)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(349)	(490)	(349)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.967)	(2.170)	(3.967)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.967)	(2.170)	(3.967)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.450)	(6.535)	(9.450)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.450)	(6.535)	(9.450)
Pessoal	(80.729)	(75.508)	(80.729)	(778)	(720)	(778)	(19.988)	(19.266)	(19.988)	-	-	-	(101.495)	(95.494)	(101.495)
Administradores	-	-	-	-	-	-	(1.139)	(1.792)	(1.139)	-	-	-	(1.139)	(1.792)	(1.139)
Entidade de previdência a empregados	(25.070)	(23.443)	(25.070)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.070)	(23.443)	(25.070)
Material	(4.564)	(16.825)	(4.564)	(21)	(35)	(21)	(1.666)	(1.353)	(1.666)	-	-	-	(6.251)	(18.213)	(6.251)
Serviço de terceiros	(22.615)	(33.160)	(22.615)	(27)	(44)	(27)	(9.973)	(9.523)	(9.973)	-	-	-	(32.615)	(42.727)	(32.615)
Depreciação	(27.530)	(27.762)	(27.530)	-	-	-	(1.295)	(1.505)	(1.295)	-	-	-	(28.825)	(29.267)	(28.825)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	(410)	(576)	(410)	-	-	-	(410)	(576)	(410)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	(654)	(593)	(654)	-	-	-	(654)	(593)	(654)
Baixa de valores a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(890)	-	-	(890)	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(11.074)	(9.934)	(11.074)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.074)	(9.934)	(11.074)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários	4.465	2.257	4.465	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.465	2.257	4.465
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.644)	(433)	(2.644)	(2.644)	(433)	(2.644)
Provisão para riscos socioambientais	-	(5.009)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.009)	-
Ganho na alienação imóvel Av. Sabará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.107	-	-	18.107	-
Ganho na alienação Usina de Sodré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.799	-	2.799	2.799	-	2.799
Ganho na alienação imovél Rua Castro Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	745	-	745	745	-	745
Outras	(5.653)	(7.777)	(5.653)	-	-	-	-	-	-	(410)	(4.106)	(410)	(6.063)	(11.883)	(6.063)
Total	**(192.156)**	**(214.036)**	**(192.156)**	**(826)**	**(799)**	**(826)**	**(35.125)**	**(34.608)**	**(35.125)**	**490**	**12.678**	**490**	**(227.617)**	**(236.765)**	**(227.617)**

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora e Consolidado	Controladora
	2010	2009
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.363	896
Atualização de valores a receber - DAEE	3.300	-
Atualização do arrendamento UTE Piratininga	32.889	33.921
Atualização de quotas subordinadas FIDC	471	435
Juros sobre alienação de bens e direitos	438	763
Atualização sobre créditos tributários	-	495
Variações monetárias ativas	85.007	64.593
Outras	69	28
	123.537	101.131
Despesas		
Juros FIDC	(403)	(599)
Variações monetárias passivas	(4.562)	(5.840)
Outras:		
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	(145)	(693)
Atualização selic sobre projetos P&D	(185)	(140)
Atualiz. pré-venda de energia elétrica	(367)	(1.148)
Atualiz. TUSDg	(270)	(403)
Juros sobre RGR	(810)	(810)
Outras	(99)	(86)
	(6.841)	(9.719)
	116.696	91.412

31. SEGUROS

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1)	09.04.2010	09.04.2011	3.200	119
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2)	08.02.2010	08.02.2011	1.000	38
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)	30.11.2010	01.12.2011	324	2
			4.524	159

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI relativos ao FIDC e às aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de FIDC, líquido das aplicações financeiras.

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,06	15,08	18,09

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Passivo Financeiro	Risco	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
FIDC	Variação do CDI	121	377	629

A Empresa, em decorrência da variação dos índices projetados, teria uma saída de caixa de R$121 na ocorrência do cenário provável, enquanto que no cenário possível e remoto as saídas de caixa seriam de R$ 377 e R$ 629, respectivamente comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial dos instrumentos financeiros em 31.12.2010, a Empresa adotando os cenários de variações, estimou que os efeitos em 31.12.2011, seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

	31.12.2010		**31.12.2009**	
Passivo Financeiro	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
FIDC	27.654	28.603	43.156	44.602

(c) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(d) Risco Hidrológico

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010). Durante 2009 vigorou a TEO de R$ 8,18 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 755, de 16 de dezembro de 2008).

(e) Derivativos

Em 2010 e 2009, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(f) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	Controladora			Consolidado
	31.12.10	31.12.09	01.01.2009	31.12.10
Juros pagos.....	1.334	1.495	1.890	1.334
Juros recebidos.....	1.869	763	196	1.869
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	585	360	9.016	585
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	3.122	1.133	-	3.122

34. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

De acordo com a deliberação da CVM nº 656, de 25.01.2011, as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 01.01.2010, não tiverem reapresentado os seus ITRs de 2010, deverão incluir nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Os efeitos trimestrais de 2010 e 2009 são como seguem:

	1º ITR		2º ITR		3º ITR	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31.03.10**	**31.03.09**	**30.06.10**	**30.06.09**	**30.09.10**	**30.09.09**
Capital social	285.411	285.411	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital	387.130	387.130	387.130	387.130	387.130	387.130
Reservas de lucro	148.926	157.585	144.298	153.352	144.298	153.352
Lucro (Prejuízos) acumulados	(9.234)	(1.208)	1.823	(1.184)	(5.754)	7.024
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**812.233**	**828.918**	**818.662**	**824.709**	**811.085**	**832.917**
Efeito da adoção dos novos CPCs	(19.619)	(19.619)	(19.619)	(19.619)	(19.619)	(19.619)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	**792.614**	**809.299**	**799.043**	**805.090**	**791.466**	**813.298**

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Empresa de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

A Empresa não apresentará os efeitos da adoção das novas práticas contábeis para os trimestres de 2010 e de 2009, visto que não ocorreram ajustes que impactaram o resultado nestes períodos.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 29 de março de 2010.

Notas Explicativas

emae
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

DIRETORIA

ANTONIO BOLOGNESI
DIRETOR-PRESIDENTE,
DE GERAÇÃO E ADMINISTRATIVO

JORGE LUIZ AVILA DA SILVA
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ROBERTO BAPTISTA DA SILVA
GERENTE DO DEPARTAMENTO
DE CONTABILIDADE
CONTADOR – CRC 1SP171532/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
DILMA SELI PENA

CONSELHEIROS

AMAURI LUIZ PASTORELLO
CARLOS ROGÉRIO ARAUJO
JOÃO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO
PAULO ANTONIO CARNEIRO DIAS

ANTONIO BOLOGNESI
CLAUDIA CAMARGO TONI
JOSÉ GREGORI
RENILSON REHEM DE SOUZA

BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JÚNIOR
HOMERO VAZ DO AMARAL NETO
NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI
VERA LÚCIA CABRAL COSTA

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação do Conselho de Administração e no Parecer dos Auditores Independentes, observadas as ênfases do referido Parecer, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 29 de março de 2011.

Caioco Ishiquiriama

Claudio Osvaldo Marques

Mary-Annie Cairns Guerrero

Rui Brasil Assis

Simião Gonçalves

principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Notas Explicativas

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Continuidade normal das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R$ 562.236 mil em 31 de dezembro de 2010 (R$ 578.780 mil em 31 de dezembro de 2009 e R$602.586 mil em 1º. de janeiro de 2009), composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Notas Explicativas

Prorrogação da concessão

Conforme notas 1.2 e 2.5 às demonstrações financeiras, em 5 de novembro de 2009, a Administração da Empresa protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões que detém sobre cinco aproveitamentos hidrelétricos por um período adicional de 20 anos. O prazo regulamentar da ANEEL para manifestação a respeito deste tema vai até o final de maio de 2011. As concessões detidas pela Empresa têm vencimento em 30 de novembro de 2012. Caso a prorrogação dessas concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa (concessão onerosa ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia, para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Empresa poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE e controlada (“Empresa”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordoom Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ênfase
Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial
Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.
Continuidade normal das operações
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R$ 562.236 mil em 31 de dezembro de 2010 (R$ 578.780 mil em 31 de dezembro de 2009 e R$602.586 mil em 1º. de janeiro de 2009), composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Prorrogação da concessão
Conforme notas 1.2 e 2.5 às demonstrações financeiras, em 5 de novembro de 2009, a Administração da Empresa protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões que detém sobre cinco aproveitamentos hidrelétricos por um período adicional de 20 anos. O prazo regulamentar da ANEEL para manifestação a respeito deste tema vai até o final de maio de 2011. As concessões

detidas pela Empresa têm vencimento em 30 de novembro de 2012. Caso a prorrogação dessas concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Empresa (concessão onerosa ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia, para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Empresa poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria scritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2011
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Iara Pasian
Auditores Independentes Contadora
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 121517/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei n° 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subseqüentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido contendo Proposta de Distribuição de Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Parecer dos Auditores Independentes, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório Anual da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação do Conselho de Administração e no Parecer dos Auditores Independentes, observadas as ênfases do referido Parecer, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 29 de março de 2011.

Caioco Ishiquiriama Claudio Osvaldo Marques

Mary-Annie Cairns Guerrero Rui Brasil Assis

Simião Gonçalves

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, os Diretores da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da EMAE, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da EMAE relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, os Diretores da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da EMAE, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da EMAE relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.